

Copa do Mundo, tráfico de mulheres e prostituição



Mitos e Fatos



Beijo
da rua

Abril de 2012 – Uma publicação  Daída

Antecipando-se ao que vem por aí, o **Beijo** adverte: boatos e disparates sobre tráfico de mulheres para exploração sexual durante a Copa do Mundo no Brasil serão pretexto para reprimir a prostituição. Assim aconteceu na Alemanha em 2006 – quando surgiu o número de que 40 mil mulheres seriam traficadas – e na África do Sul em 2010, como mostram os textos de abertura desta edição. Nos dois países, nada se comprovou. Apenas que há grande diferença entre alegações e realidade, apontadas em “O preço de um boato”. E que sempre haverá promessas festivas, como se lê em Copa 2014.

Outros artigos se aprofundam nas entrelinhas do debate sobre tráfico e prostituição e no Mito de Maria, a “traficada típica”, promovendo pânico moral e repressão ao trabalho sexual. Mesmo se quer ganhar o mundo, a “puta de avenida” percorre esses labirintos, estranhos como “Tabatinga, Itália”.

Na seção “Zona Livre”, as putas de Belém dão pistas de como as cidades-sede da Copa podem enfrentar a “limpeza urbana” de tais eventos. BH já se movimentou em defesa da Zona Boêmia. Também vale conhecer o documentário “Um beijo para Gabriela”, que registrou a campanha a deputada federal da fundadora deste, em 2010.

Ainda na política, desta vez a pública, “O Estado da Saúde...” mostra como os discursos construídos sobre a prostituição no século 19 ainda confinam as prostitutas ao gueto da doença. Não à toa o movimento nacional decidiu (**Beijo** de setembro 2011) deixar de concorrer a verbas destinadas à prevenção da Aids. Há muitas outras áreas em que o Estado pode e deve atuar, como na regulamentação do profissional, objeto de projeto articulado com o deputado federal Jean Wyllys, como relata a coluna “No Ponto”. Já a Alemanha completo 10 anos da lei da prostituição, lembra “Gira Internacional”.

E falando em lei, repercutimos uma desastrosa decisão judicial: a de absolver um homem que estuprou três garotas de 12 anos que faziam programas.

E desfilamos ainda pelo design de contestação Daspu.

Trata-se de um **Beijo** diferente. As narrativas jornalísticas e de ativismo têm a companhia de textos acadêmicos, que contribuem para desvendar mitos e representações morais sobre a prostituição. São artigos que abastecem o arsenal do movimento para refinar os novos sentidos que ele produz e faz circular, como propõe e incentiva, desde sempre, a Coluna da Gabi.

Fundadora
GABRIELA LEITE

Editor
FLAVIO LENZ
(RP MTB 13.193)

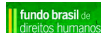
Arte
SYLVIO DE OLIVEIRA

Tratamento de imagens
REGINALDO PIMENTA

Uma publicação Davida
beijo@davida.org.br

Apoio
Fundo Brasil de
Direitos Humanos

Distribuição gratuita



EXPEDIENTE



A campanha eleitoral Daspu P. 23



O encontro com Jean Wyllys P. 34



O design de contestação Daspu P. 28



O Mito de Maria P. 16

40 mil prostitutas vão invadir a Alemanha!

Veronica Munk
TAMPEP-Alemanha
tampep.germany@gmail.com



Beijinho Kise, Veronica Munk e Pedro Abreu em Belém

Em abril de 2005, pouco mais de um ano antes da Copa do Mundo na Alemanha, começaram a circular no país informações sobre a vinda de 40 mil mulheres traficadas, que seriam forçadas a trabalhar na prostituição durante o evento. Armou-se o circo. Um circo histórico, propício para que políticos e entidades feministas organizassem ações que justificassem repressão e discriminação. Seria um blitzkrieg vindo do leste europeu, contra o qual o ataque seria a melhor defesa.

E o que mais aconteceu na Copa de 2006? O Brasil jogou pedras...

O início da cruzada

Com a queda da União Soviética na virada dos anos 90, a Europa viu-se frente a mudanças na sua estrutura social, com ondas migratórias de pessoas fugindo de uma sociedade em ruínas, em busca de trabalho. Isto trouxe consigo xenofobia, maior controle nas fronteiras e um novo cenário na prostituição.

Esta situação afetou principalmente mulheres. Pela falta de alternativa laboral em seus países de origem, por sua responsabilidade financeira frente à família, ou pelo fato dos homens terem prioridade quando da oferta de trabalho, elas optaram pela porta de saída. Foi o início da chamada *Migração Feminina por Trabalho* (*Womens Labour Migration*), que fez com que uma parte optasse pelo trabalho sexual durante este processo migratório.

No início dos anos 90, muitas destas mulheres tinham muita pouca ou nenhuma informação sobre as condições de trabalho na rica Europa. A necessidade repentina fazia com que elas assumissem qualquer risco para conseguir trabalho e

ganhar dinheiro. Criaram-se situações de dependência que levaram a casos de abuso, exploração e tráfico, principalmente para aquelas que optaram pela prostituição, pelo fato de ser uma atividade não reconhecida na maioria dos países europeus.

Frente a isso, surgiram na Europa dos anos 90 dois tipos de movimentos autônomos.

De um lado, projetos que visavam fortalecer e aumentar a auto-estima dessas mulheres vindas da Rússia, Polónia, Ucrânia, Bielo-rússia, ou países Bálticos, tornando-as independentes e mais seguras, através da distribuição sistemática de informação sobre seus direitos como mulheres, migrantes e prostitutas. Foram estabelecidas redes de ONGs europeias de apoio, que incluem organizações de prostitutas, como Tampep (*European network for HIV/STI prevention and health promotion among migrant sex workers*), que desde 1993 é porta-voz de organizações em 25 países da União Europeia que lutam pelos direitos humanos de pessoas que trabalham na prostituição.

Por outro lado, grupos feministas e políticos conservadores, diante desta crescente onda migratória, iniciaram campanhas claramente antiprotituição. Estas campanhas tinham, e ainda têm, até hoje, uma forte conotação moralis-



FairPlay

Para um prazer total!

Você curtirá e terá muito mais prazer com uma profissional do sexo se considerar as seguintes regras:

1. Gentileza, respeito, uma aparência limpa e bem cuidada abrem qualquer porta. As delas também!
2. O álcool pode te deixar mais solto, mas ele pode também colocar em risco uma ereção. Portanto: menos, neste caso, pode significar mais!
3. Um homem mantém sempre sua palavra. Por isso, negociação e preço e os serviços a serem prestados de forma clara e mantenha-se dentro do combinado.
4. Não, significa não! Beijo de língua, por exemplo, é geralmente indesejado. Lembre-se de que cada atividade tem suas regras e seus limites.
5. Com preservativo ou com camisinha? A escolha é sua! Verde, amarelo, azul ou vermelho, com bolinhas... Só não pode ser sem!
6. Se você descobre que a mulher está sendo forçada a trabalhar na prostituição ou sofrendo algum tipo de violência... Não banque o herói! Procure se informar sobre organizações que possam oferecer ajuda.
7. Negócios são negócios. E este não tem nada a ver com amor, por melhor que tenha sido. Mantenha, portanto, a conduta de um cavalheiro.
8. Às vezes, a pressão é muito grande. Por isso, se o negócio para você não funcionou, não se preocupe. Vá com calma, tente outra vez, outra hora.
9. Neste negócio não existe garantia. Caso você tenha ficado insatisfeito, fale sobre isso. Mas mantenha-se calmo e jamais peça seu dinheiro de volta.
10. Os vizinhos querem dormir e realmente não estão interessados nas suas experiências sexuais. Sério.

Para mais informações, consulte:
www.freiersein.de

freiersein®

ta, na maioria das vezes baseada na seguinte premissa: todas as prostitutas migrantes são traficadas e todas as mulheres traficadas são forçadas a se prostituírem.

4 COPA 2006

Por conta dessa premissa simplista e equivocada, o caminho estava aberto para a seguinte argumentação: só se pode combater o tráfico de mulheres se acabarmos com a prostituição.

Estava armada na Europa a cruzada em prol da moral e dos bons costumes, de fora margem aos seguintes fatos:

- discriminação, racismo e xenofobia em defesa do mercado de trabalho;
- maiores controles nas fronteiras para impedir a entrada de migrantes, principalmente mulheres, todas elas potenciais prostitutas traficadas;
- repressão contra prostituição de rua para resguardar o quadro de cidades "limpas";
- e a criminalização dos clientes de prostitutas, como o intuito de coibir a demanda.

Diante disto, prostitutas, ONGs e ativistas na Europa tinham e têm até hoje a seguinte prioridade: demonstrar que prostituição e tráfico são duas coisas separadas e assim devem ser consideradas, para com-

bater o erro e o estigma em torno do tráfico sexual. Prostituição é trabalho, enquanto trabalho de seres humanos é crime.

Na UE está comprovado que só uma minoria dos que trabalham na prostituição é vítima de tráfico, que não são mulheres, mas também homens e crianças são vítimas de tráfico, e que existe tráfico não só visando a exploração sexual, mas principalmente a exploração do trabalho, como o trabalho doméstico, na agricultura e na gastronomia.

Esse conjunto de fatos teve, mais uma vez, soluções antagônicas: enquanto em 1999 a Suécia decretava a criminalização de clientes, com penas de multa e prisão, em 2000 a Holanda reconheceu a prostituição como profissão, e a Alemanha, em 2002, como atividade laboral.

Antes da Copa

Em 2004 deu-se a primeira abertura da UE para 10 outros países, o que ocasionou um maior fluxo migratório para a região dos 'antigos' países (ricos), já que cidadãos dos 'novos' países (pobres) não necessitavam mais de visto de entrada.

Isto deu margem à idéia de que o país seria, durante a Copa, literalmente invadido por 40 mil mulheres dessas países, todas elas vítimas de tráfico, violentadas e forçadas a se prostituírem.

O fato de o trabalho sexual na Alemanha ser legalizado virou neste momento um fator negativo, porque, segundo alguns, isso facilitaria o tráfico, a vinda dessas mulheres, a formação de quadrilhas e um lucro ilícito fenomenal.

Em abril de 2005, isto é, mais de um ano antes do início da Copa de 2006 na Alemanha, Ulrike Hauffe, coordenadora nacional para Assuntos da Mulher e Igualdade de Gênero, declarou numa reunião do Conselho Nacional de Segurança Interna, em Bremen:

"O país tem que se preparar para uma invasão de 30 a 40 mil prostitutas do leste europeu. Os traficantes estão organizando desde já a entrada das prostitutas. Em Frankfurt já existe um grupo de trabalho analisando a situação".

E mais: "É bem possível que depois da Copa muitas delas permaneçam no país de forma ilegal". Era aí que morava o perigo...

Apesar de a própria Hauffe ter declarado na ocasião que esses números "são mera especulação", foram eles, a partir de então, a bandeira para todo tipo de medida repressora que veio a seguir: maiores controles de estrangeiros nas fronteiras e nas ruas das cidades-sede, campanhas locais e nacionais contra prostituição, e a proposta de criminalização de clientes de prostitutas durante todo o período da Copa.

Zu Gast bei Freunden | Hóspede entre amigos

Só um detalhe foi esquecido: o fator "mercado", demanda e oferta. Mas e onde colocar 30 ou 40 mil novas prostitutas? O mercado sexual alemão, como qualquer outro mercado, sempre correspondeu às necessidades ou demandas de cada local e, consequentemente, estava estruturado para corresponder a estas demandas.

Como então, de um momento para outro, por um período de só um mês, seria realisticamente viável alojar este grupo? E, na prática, o que fazer com as prostitutas existentes? Mandá-las de férias e alugar seus quartos, apartamentos, bordéis ou salões de massagem?

O slogan da Copa da Alemanha – "Hóspede entre amigos" – teve o intuito de mostrar um povo gentil, solto e generoso, para acabar com a imagem clichê do alemão duro e inflexível de massagem?



Reunião de jornal T.V.Z. - Hamburgo, 17/2006

vel. Será que era essa a estratégia também em relação a trabalhadores do sexo que estavam por vir?

Só duas cidades pensaram em resolver este problema de espaço, pelo menos em relação à prostituição de rua – Colônia e Dortmund –, com a construção de boxes para carros, indivíduos, num grande estacionamento, onde clientes e prostitutas podiam inclusive comprar preservativos, ideia semelhante à existente na Holanda.

A mídia

A mídia, tanto alemã como europeia e internacional, explorou o quanto pôde a ideia de 'Futebol = Homens = Sexo', somada à fórmula 'Prostituição = Coerção = Tráfico'.

As declarações iam da criminalização de clientes à ideia (não realizada) de abordar torcedores diante dos estádios pedindo que parassem duas vezes antes de fazer sexo com prostitutas possivelmente traficadas; do maior controle nas fronteiras à ameaça de não participar da Copa para mostrar reprobção à prostituição e ao tráfico, ambas pelos suecos; culminando com uma declaração do Vaticano de que o melhor seria cortar o mal pela raiz: a proibição total da prostituição durante a Copa do Mundo de Futebol de 2006.

Mas houve também artigos que deram espaço a opiniões contrárias, como o que divulgou a campanha "Putra Oficial da

Copa do Mundo", ou apenas "Putra da Copa" (WM-Hure), quando prostitutas e ativistas se juntaram para falar sobre direitos e a realidade de dos que trabalham na prostituição.

A política e suas campanhas

Num seminário em Bruxelas, sobre 'Prostituição forçada e eventos esportivos mundiais', no dia 8 de março de 2006, Dia Mundial da Mulher, o Comissário para Assuntos de Justiça, Liberdade e Segurança do Parlamento Europeu, Franco Frattini, declarou:

"Temos que instituir temporariamente a obrigatoriedade de visto para países conhecidos por suas práticas de tráfico. Desta forma esperamos diminuir a entrada de prostitutas durante a Copa do Mundo de Futebol na Alemanha".

Isto não aconteceu, mas a partir daí ficou fácil para partidos políticos alemães e algumas organizações se engajarem em campanhas claramente antiprotituição.

O Conselho Alemão da Mulher (Deutscher Frauenrat), com algumas de suas filiais regionais, encabeçou a campanha "Apito final – basta de prostituição forçada" (Apfiff – Schluss mit Zwangsprostitution).

Esta campanha teve o aval do prefeito de Berlim (social-democrata), do Partido Verde, do presidente da Confederação Alemã de Futebol, de sindicatos (DGB), de instituições religiosas, mas também de ONGs como Anistia Internacional, e da rede alemã contra o tráfico de seres humanos (KOK).

As organizações FIM e Solwidi criaram por sua vez uma campanha visando clientes de prostitutas – "Contra prostituição forçada: clientes têm responsabilidades" –, na qual apelavam à sua 'sensibilidade' para denunciarem casos de tráfico. Ao todo cinco pessoas ligaram para a hotline, num período de 30 dias... e isso só para pedir informações sobre organizações de apoio.

A bola rola com FairPlay

Mas o outro lado estava atento e forte. A partir de abril de 2005, quando surgiram os primeiros boatos sobre as 40 mil, organizações de prostitutas na Alemanha, prostitutas, ONGs e ativistas deram continuamente entrevistas e declarações contra esse disparate. No início, por que as opiniões eram tão contrárias, havia um grande ceticismo quanto às informações dadas por esse grupo. Já perto da Copa, entretanto, mesmo o político reconheceu que aquele número era uma fantasia.

Mas o que fazer concretamente? Como utilizar o evento da Copa para fortalecer prostitutas, chamar a atenção para os seus direitos?

51

COPA 2006

A situação na Europa hoje

Onde a prostituição é reconhecida	UE: Alemanha, Áustria, Grécia, Hungria, Países Baixos Não-UE: Suíça
Onde a prostituição não está regulamentada	UE: Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Letónia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Suécia, Reino Unido, República Tcheca Não-UE: Noruega
Onde a prostituição é proibida	UE: Lituânia e Romênia
Onde clientes são criminalizados	Suécia (1999), Finlândia (2006), Noruega e Islândia (2009), e em algumas partes do Reino Unido (Escócia e Irlanda do Norte)

Duas ativistas – Stephanie Klee, prostituta, e Christiane Howe, socióloga – da ONG Context decidiram usar uma experiência de Frankfurt, chamada ‘Cliente saudável’ (Gesunder Kunde), e criar uma campanha exclusivamente para a Copa, a **FairPlay**. A ideia da campanha era aproveitar um evento essencialmente masculino e abordar, de uma só vez, um número enorme de homens, clientes e potenciais clientes de prostitutas, com muito humor e ironia. O intuito era torná-los parceiros e mostrar que prostitutas devem ser respeitadas, que elas têm direitos e que sexo seguro é um *must*.

A campanha foi realizada nas 12 cidades-sede da Copa. Cada cidade formou um *pool* de organizações

locais, entre ONGs, serviços de saúde e voluntários. Context ofereceu um treinamento para as organizações participantes, 500 mil preservativos doados pela firma Durex, e um folheto em formato cartão postal com as ‘10 Regras de Ouro para Clientes de Prostitutas’, em diversos idiomas.

As ações eram feitas sempre antes dos jogos, nas cercanias dos estádios ou dos ‘public viewing’. O que chamava a atenção eram sempre os preservativos gigantes, muito coloridos, enquanto eram distribuídos cartões e preservativos.

FairPlay foi um sucesso porque se aproximou através da malícia. Por isso, as reações sempre foram de brincadeira, de piada, apesar de se estar exigindo algo sério como respeito e direitos. Mais informações sobre a campanha:

www.tampep.eu/documents.asp?section=news_WorkSafeInSexWork, páginas 63 a 65.

Durante a Copa

Para a maioria dos alemães, a Copa foi um momento de orgulho nacional muito importante porque puderam, depois de 60 anos, levantar publicamente sua bandeira de novo. Primeiro, de forma tímida, quase insegura, mas depois escancararam. Ficaram eufóricos com o terceiro lugar e foram realmente ‘amigos para seus hóspedes’. E, como esperado, a horda feminina do leste não compareceu. Na realidade, nada de diferente aconteceu na área da prostituição, nem na de rua nem de apartamentos e bordéis. Ao contrário: as mulheres reclamavam que os negócios não iam nada bem, e isso tanto em Berlim como em Munique, Frankfurt ou Hamburgo.

“Apesar de haver mais homens nas ruas, eles não gostaram nada. Eles gastaram seu dinheiro na viagem para a Alemanha e nas entradas para os jogos. O que sobrou é para cerveja...”

Uma prostituta de St.Pauli, Hamburgo

Outro fato que ficou muito visível e explica esta situação: a Copa é uma festa-família, com muitos casais aproveitando a ocasião para fazer turismo, inclusive com filhos. E para os que vieram com amigos, depois da bebida faltava dinheiro e ânimo para fazer uma visita a uma prostituta.

Depois da Copa

Todos os relatórios da polícia alemã depois da Copa confirmaram o que disseram as ONGs desde o início: não houve aumento do número de prostitutas nas cidades-sede de jogos, o movimento não foi maior ou diferente de quando há algum evento especial na cidade, e não houve nenhum caso especial de tráfico de mulheres.

E, em janeiro de 2007, a delegação alemã frente ao Conselho da União Europeia apresentou seu relatório ao Grupo de Trabalho sobre Crime Organizado e confirmou: não houve o esperado aumento de prostituição forçada ou tráfico de seres humanos durante a Copa, assim como não houve aumento de pessoas não documentadas (ou ilegais) relacionadas à prostituição.

Como levar isso a sério?

Como reconhecer se uma mulher está exercendo a prostituição contra sua vontade

- Demonstra medo e está desorientada
- Cumpre todos os desejos sem negociar
- Entrega o pagamento a outra pessoa
- Só presta serviços na casa do cliente ou em hotéis
- Está num quarto fechado
- É controlada
- Existem sinais de maus-tratos no seu corpo
- Parece ser menor de idade
- Fala pouco alemão

Campanha da organização FIM, de Frankfurt: **‘Prostituição forçada e tráfico de seres humanos: os homens têm responsabilidade e podem ajudar’**

E hoje, como está?

O pânico, como se viu no final, foi em vão.

Para organizações de prostitutas e ativistas na Alemanha, o positivo desta Copa foi que, desde 2002, quando da legalização da prostituição, foi a primeira vez que houve uma mobilização nacional em torno de um mesmo tema. Desde 2006, entretanto, a fobia moralista, a discriminação contra estrangeiros, a repressão contra a prostituição de rua, e as medidas contra clientes de prostitutas só aumentaram, tanto na Alemanha como no resto da Europa.

Por isso a experiência da Copa foi tão importante: fez com que houvesse na Alemanha um fortalecimento das ONGs e ativistas em torno da luta pelos direitos de pessoas que se prostituem. Isso foi a base da qual se servem hoje para enfrentar de forma mais coesa as dificuldades políticas e sociais.

De resto, só o Brasil continuou de mal com a bola.

Notas

1 www.tampep.eu

2 Antes de 2004: Alemanha, Áustria, Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Suécia, Reino Unido. Em 2004 passaram a fazer parte da UE: Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, República Tcheca, Hungria. Em 2007, entraram Bulgária e Romênia. Em 2013 entrará a Croácia.

3 Hamburger Abendblatt, 04.04.2005.

4 Frankfurter Rundschau, 20.06.2005

5 The Guardian, 18. 11.2005

6 Hamburger Abendblatt, 04.04.2006

7 Focus Online, 09.06.2006

8 Hamburger Morgenpost e TAZ -Hamburg, 01.07.2006

9 ICRSE | International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe, 08.03.2006, www.sexworkerurope.org

10 Frauenrecht ist Menschenrecht | Direito da mulher é direito humano

11 www.freiersein.de

12 Frankfurter Rundschau, 17.06.2006 | Hamburger Morgenpost, 19.06.2002 | Hamburger Abendblatt, 24.06.2006 e 10.07.2006 | Die Welt, 28.06.2006 | New York Times, 30.06.2006

13 TAZ, 24.06.2006

14 Council of the European Union, Multidisciplinary Group on Organised Crime, ‘Experience Report on Human Trafficking for the Purpose of Sexual Exploitation and Forced Prostitution in Connection with the 2006 Football World Cup in Germany’, Brussels, 19.01.2007



O Beijo da rua também em PDF

www.beijodarua.com.br/agosto2011.pdf

www.beijodarua.com.br/setembro2011.pdf

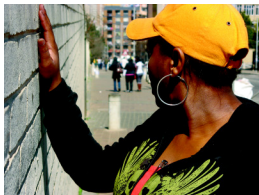
www.beijodarua.com.br/abril2012.pdf



Estudo mostra que tráfico de pessoas e prostituição não aumentaram na África do Sul

Flavio Lenz

Um estudo a respeito do "impacto da Copa de 2010 sobre a prostituição na África do Sul" revelou que não houve mudanças significativas em nenhum aspecto do trabalho sexual, seja na demanda ou na oferta de servi-



copyright: Confiance

ços, na quantidade de prostitutas locais ou de outros países, no aumento de clientes sul-africanos ou estrangeiros. A frase de uma prostituta foi escolhida para o título por refletir a experiência da maior parte delas: "Talvez fique melhor depois da Copa".

Implementado por uma ONG que defende os direitos das prostitutas e advoga pela descriminalização da prostituição na África do Sul, a Sweat (Sex Work Education and Advocacy Network), com sede na Cidade do Cabo, e financiado pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), com apoio da Atlantic Philanthropies, o estudo foi conduzido de maio a setembro de 2010, portanto antes, durante e depois da Copa, entrevistando mais de 2 mil profissionais do sexo (a grande maioria mulheres) de cidades-sede e regiões metropolitanas.

A metodologia teve dois componentes. O primeiro foi um levantamento de prostitutas que anunciam em um site nacional de entretenimento adulto e em classificações de jornais de Joanesburgo, Cabo e Durban, seguido de entrevistas por telefone antes, durante e depois da Copa.

Prostitutas que batalham em bordéis também participaram do estudo, uma vez que muitas casas anunciam na internet e nos jornais. Comitês de ética de duas universidades (Ghent e Stellenbosch) aprovaram a pesquisa, anônima e voluntária, cujo consentimento informado foi enviado por SMS antes do telefonema, e reforçado com explicações orais do entrevistador sobre os propósitos.

O segundo componente, chamado de misto, incluiu questionários aplicados por prostitutas em Rosebank, Sandton, Hillbrow (Joanesburgo), Rustenburg e Cabo. Além disso, profissionais do sexo dos três últimos sítios (incluindo homens e trans) foram convidados a participar de grupos focais (14) e a escrever diários (estes totalizaram 56). Novamente, três períodos foram abrangidos: antes, durante e depois da Copa. O comitê de ética da universidade de Wits aprovou os procedimentos.

Bostos e dados

O estudo apresenta achados que desmentem "a histeria e o sensacionalismo sobre oferta e demanda de sexo pago e a ampla disseminação da infecção por HIV" que ocorreriam na Copa da África do Sul, como aponta Mark Bryan Schreiner, da Unifa.

Na mesma direção, Eric Harper, diretor da Sweat, relata que foi procurado por um "grande número de jornalistas buscando informações sobre a demanda por sexo comercial durante a Copa". Muitos deles, escreve Harper, "ecoavam uma preocupação repetidamente ouvida de que dezenas de milhares de profissionais do sexo estrangeiros, muitos deles



Reginaldo Pimenta

vítimas de tráfico de pessoas, viriam para a África do Sul para atender o pico de demanda por sexo pago que acompanharia grandes eventos internacionais", citando inclusive "o número de 40 mil profissionais do sexo". Ele afirma que esses "rumores e especulações realçaram a escassez de dados empíricos confiáveis sobre a indústria do sexo",

torando-se motivadores do estudo.

Entre os achados do estudo, os pesquisadores destacam que "demanda e oferta de trabalho sexual permaneceram constantes durante o período da Copa"; que "os dados não sustentam os temores sobre o aumento de crianças e adolescentes migrantes na indústria sexual durante a Copa"; e que "não houve elevação significativa de clientes por profissional do sexo".

Além disso, anotam que "menos trabalhadores sexuais estrangeiros do que o esperado anunciaram em jornais e na internet", havendo "um pequeno aumento no número de prostitutas que publicaram anúncios" nos dois meios.

A pesquisa aponta ainda que o "relato de uso de camisinha foi alto, de 99%", embora o "contato de profissionais do sexo com serviços de saúde tenha decrescido, num período em que o aumento de recursos criou a oportunidade de expansão desses serviços". Outra descoberta foi a de que o "contato da polícia com profissionais do sexo permaneceu elevado e incluiu brutalidade, corrupção e assédio", num país em que a prostituição é ilegal.

Direitos humanos, lei e Brasil

As recomendações do estudo demonstram preocupação com os direitos humanos, a situação legal e a prevenção de DST e HIV/Aids. Os pesquisadores são diretos ao propor: "Descriminalizem o trabalho sexual. A prostituição persiste apesar dos crescentes esforços e recursos para restringi-la. As agências policiais não parecem alterar demanda e oferta, apenas expõe um grupo já vulnerável de mulheres a risco ainda maior. A criminalização eleva o risco de violência e exploração e deve ser derrubada".

Outra recomendação é a de programas de sexo mais seguro e direitos humanos dirigidos a clientes, "uma vez que campanhas de educação em saúde e a oferta de preservativos masculinos, mesmo sendo úteis, não mudam as relações desequilibradas de poder com clientes na negociação do sexo mais seguro".

A última recomendação cita o Brasil e volta a criticar a histeria e a atenção dada a rumores e especulações. Diz, textualmente: "Futuros programas de saúde pública sobre prostituição e prevenção do HIV durante eventos esportivos internacionais, como os Jogos Olímpicos de 2012 em Londres e a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, devem ser basea-



Reginaldo Pimenta

dos em evidências, não no sensacionalismo da mídia, que só aumenta a discriminação e a vulnerabilidade de profissionais do sexo".

"Talvez fique melhor depois da Copa"

Das mulheres participantes do segundo componente do estudo, 2/3 não perceberam qualquer mudança na indústria do sexo durante o Mundial. Do terço restante, 51% (232) notaram mudanças positivas, 33% (151), negativas, e 13% (59) viram menos clientes durante do que antes ou depois da Copa.

Abaixo, algumas das observações positivas e negativas das prostitutas.

"Não está havendo negócios como antes da Copa. Os clientes estão ocupados vendo a bola rolar. O tempo é curto demais para o sexo". Em Joanesburgo

O assédio policial está muito grande. Eles nos perturbam diariamente, fazem muitas perguntas e usam arma de spray contra a gente". Em Joanesburgo

"Estou ganhando dinheiro suficiente para satisfazer quase todas as minhas necessidades, diferente de antes". Na Cidade do Cabo

"Encontrei muitas pessoas de diferentes partes do mundo e tive moeda estrangeira nas mãos. Agora, voltamos ao rand [moeda da África do Sul]". Em Joanesburgo

O estudo completo, em inglês, pode ser encontrado no endereço a seguir: http://sweat.org.za/index.php?option=com_k2&view=item&id=104%E2%80%9Cmaybe-it-will-be-better-once-this-world-cup-has-passed-research-findings-regarding-the-impact-of-the-2010-soccer-world-cup-on-sex-work-in-south-africa&Itemid=139#

COPA 2010



Análise de eventos internacionais acha divergências entre alegações e realidade

Estudo de 2011 da Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW, na sigla em inglês) analisou a associação entre grandes eventos esportivos e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, mostrando que há enorme diferença entre alegações e a realidade. Intitulado "Quanto custo um boato - Um guia para esclarecer os mitos e os fatos sobre eventos esportivos e tráfico", o documento de 75 páginas faz revisão da literatura de organizações antitráfico, organizações de profissionais do sexo e outras ONGs, pesquisas acadêmicas, agências da ONU, órgãos governamentais, mídia e a rede da própria Aliança, que tem sede em Bangcoc.

Na análise das Olimpíadas de Atenas (2004) e dos Jogos de Inverno de Vancouver (2010), das copas da Alemanha (2006) e da África do Sul (2010) e das finais de futebol americano (Super Bowls) de 2008, 2009 e 2011, chega a conclusões semelhantes, que desconstruem os boatos de tráfico de mulheres em tais ocasiões.

"Há grande discrepância entre alegações feitas antes de grandes eventos esportivos e o número real de casos de tráfico identificados. Não há evidência de que tais eventos causam aumento no tráfico para prostituição", afirma o estudo, que lista algumas razões para isso: o crescimento não é factível estatisticamente; eventos de curta duração dificilmente seriam lucrativos para traficantes e prostitutas; tais eventos não são frequentados apenas por homens; serviços sexuais pagos podem não estar ao alcance da maioria dos visitantes.

Apesar da falta de evidências, o estudo aponta que a "a ideia continua a ter grande apelo para grupos abolicionistas, antimigração, políticos e alguns jornalistas". Entre os motivos para isso estariam: a sua utilidade como estratégia de captação de recursos; a eficiência em atrair a atenção pública e da mídia; ser uma forma rápida e fácil de dar a aparência de que algo está sendo feito a respeito do tráfico; ser uma maneira de tornar socialmente mais aceitáveis as propostas antiproteção e antimigração.

A investigação relaciona feitos colaterais negativos das campanhas antitráfico sobre

Sweet



os grupos que seriam protegidos: desperdício de recursos; distorções que enfraquecem os objetivos antitráfico; aumento de punições criminais e violações de direitos humanos de profissionais do sexo; expulsão de prostitutas e grupos marginalizados devido à "limpeza urbana"; tentativas de limitar ou controlar viagens de mulheres.

Diálogo e colaboração

Há ainda recomendações sobre "formas mais produtivas de lidar com o tema do tráfico de pessoas relacionado a eventos esportivos internacionais": abordar outras formas de tráfico e/ou exploração ligadas a tais eventos, como direitos dos trabalhadores migrantes na indústria da construção, direitos trabalhistas na indústria de roupa esportiva e equipamentos e recrutamento de atletas jovens; dialogar e colaborar com profissionais do sexo e migrantes; despertar a consciência sobre opções e direitos das pessoas; ao invés de disseminar medo e pânico; encorajar análises aprofundadas sobre o tema; oferecer opções legais e não exploradoras de trabalho a migrantes; descriminalizar a prostituição; abordar o receio de violência e exploração policial por parte das autoridades; basear ações antitráfico em evidência, não em sensacionalismo.

Cada um dos eventos é estudado separadamente, incluindo itens "o que foi previsto" e "o que realmente aconteceu". A pesquisa mostra ainda que a mídia dá grande atenção às alegações, sem questioná-las, e muito pouca, após o evento, ao que de fato ocorreu. No caso do Super Bowl de 2011, que seria "invadido" por 10 mil a 100 mil prostitutas, "um dos poucos jornalistas que questionaram a factibilidade das alegações" a ironizá-las. Segundo P. Kotz, no *Dallas Observer* de 27/1/2011, considerando que o número total de visitantes era estimado em 150 mil a 200 mil, "isso significa que cada homem, mulher e criança com ingresso teria o seu próprio *personal puta*".

O estudo completo está em www.gaawt.org/publications/What's_the_Cost_of_a_Rumour-GAATW2011.pdf (Flavio Lenz)

Beijo da rua - abril 2012



Putas e beijos no Brasil: o que está em jogo nesta batalha

Elaine Bortolanza
Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade - PUC-SP
elaine.bortolanza@gmail.com

Quais são os jogos que realmente se colocam na arquitetura urbana, cultural e social de um país em pleno vigor econômico e que será sede da Copa do Mundo em 2014? De que forma a sexualidade, o sexo e a prostituição se inserem neste jogo? Quais intervenções e investimentos se forjam no rastro de um evento internacional cuja potência maior são os afetos que emanam da multidão? Quais são os discursos e ações possíveis de mapear hoje e que colocam em jogo os dribles da sexualidade e do sexo e que não aparecem nos jogos "oficiais"?

O Brasil é um país com muita vocação para driblar, disso não temos nenhuma dúvida. País da ginga, do molejo da dança, do samba, do drible, do "jeitinho brasileiro". País do carnaval, maior festa popular que atrai milhares de pessoas do mundo, e que exala de modo inconfundível sua força erótica e sensual, época do ano em que é "permitted" expressar as fantasias, os desejos e travestir-se para um lugar onde gênero, sexo, identidade sexual se fundem em multidões de diferenças.

Não muito tempo atrás, fui à estreia de um evento de arte, sexo e pornografia, a versão brasileira do projeto internacional *Districted.br*. Na abertura, a curadora apresentou a concepção original do projeto, dizendo que podíamos esperar muito mais da versão brasileira, já que éramos um povo sem problemas com a sexualidade e com o prazer. Esta fala me deixou bastante inquietada. Diante disso, convidei você a imaginar, inspirado pela ideia do filósofo José Gil, o que os "dados oficiais" e a mídia nos dizem sobre "sexo e prostituição" no contexto da Copa 2014 e o que não dizem; não para demarcar a verdade ou por outro lado afirmar a censura, mas para sondar aquilo que não aparece e que está borbulhando na arquitetura febril do corpo da multidão.

Um evento como este carrega em si uma promessa festiva inusitada, cuja proporção nos parece desconhecida; no entanto, sabemos que, para além dos jogos oficiais, a promessa traz junto a força dos encontros, a celebração, o sexo, a liberdade, a alegria. Nos outros países, a Copa mobilizou prostitutas a se organizarem para este grande evento, de modo a "sondar" e intervir neste jogo, tanto para atender as expectativas dos clientes e turistas, como para aumentar o lucro financeiro, mas também ativeto.

São eventos que colocam em jogo questões que envolvem ocupação dos espaços públicos, organização das cidades, construção de estádios, ampliação dos sistemas de transporte urbano, ativação de espaços culturais, tudo aquilo que faz girar e circular o capital financeiro; mas, de modo pouco visível, aquilo que põe para "engrenar" o desejo, os afetos, os sexos, as relações.

Linha de frente

As putas jogam na linha de frente neste jogo, por ocuparem desde sempre os espaços públicos, cavando territórios "comuns" onde a sexualidade vibra outros modos, convocando multidões

a saírem desta "zona fechada" para produzir outras maneiras de se relacionar com o corpo, o sexo e o prazer. Estádios como campo de batalha, zonas de passagem do desejo. Uma ação mais centrada na afirmação da sexualidade como dimensão do prazer do que no reconhecimento das prostitutas na esfera pública.

Fazer o sexo circular, colocar a sexualidade para fora do ambiente doméstico do saber, retirá-la do "confinamento", destituir a "repressão" ao convocar as fantasias de modo a desvelar o sexo da verdade é o jogo das prostitutas, o jogo que se coloca para a Copa de 2014.

A prostituição está inscrita no desejo, ela existe como elemento fundamental na cartografia afetiva das relações. As putas estão aí, o sexo e a prostituição produzem capital, troca econômica, comercial. Não dá pra continuar negando a dimensão econômica e afetiva desta troca como máquina de produção do desejo no regime capitalista.

A grife Daspu e o jornal *Beijo da rua* são dois dispositivos que podem operar de modo singular o que está em jogo, ocupando os estádios, as ruas, os hotéis, os lugares de passagem, capazes de produzir novos agenciamentos coletivos para dar conta da configuração contemporânea dos desafios próprios à ação política das prostitutas na sua interface com a sexualidade e as cidades.

Jogo então para o *Beijo da rua* o convite de propor esta "sondagem" e lançar esta discussão nos dados oficiais do Mundial, lançar as prostitutas na Copa 2014.

1 Projeto concebido na Inglaterra para criar possibilidades de "destituir a restrição à censura" e retirar a sexualidade do sexo "confinamento". Artistas visuais e diretores de cinema foram convidados a criar vídeo expondo as relações entre arte, sexo e pornografia. Em www.districtedfilms.com/uk/index.htm e vimeo.com/27285799

2 "O que não sabemos sobre nós: o estado da nação e seu avesso" é o título da "sondagem imaginária" proposta por José Gil, convidado para ser diretor por um dia do jornal Público, no 22º aniversário do diário português. Em: www.publico.pt/Media/o-estado-da-nacao-e-o-seu-avesso-1536362

3 Ver matéria "Prostituta não é vagabunda", na Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 7, n. 77, fev. 2012, que mostra como o jornal *Beijo da rua* é um marco no reconhecimento do movimento e dos direitos das prostitutas e a maneira afirmativa como ele comunica e contribui para reativar as discussões sobre prostituição, sexualidade e prazer. Mais na coluna "No Ponto".

11
COPA 2014

O PREÇO DE UM BOATO

10

Prostituição e tráfico de pessoas: teorias e cotidiano

Fabiana Rodrigues de Sousa
Doutoranda em Educação (PPGE/UFScar), bolsista
Fapesp. fabianalp@yahoo.com.br

Maria Waldenez de Oliveira
Professora PPGE/UFScar.
dmwo@ufscar.br

Entre os fins do século dezenove e início do século vinte, as discussões sobre tráfico de pessoas são engendradas por ansiedades ocasionadas pela migração de mulheres que viajavam sozinhas para viver no exterior e por ideias sobre captura e escravização de mulheres para prostituição em outros países. Essa noção de tráfico de pessoas vinculada à prática da prostituição marca o debate estabelecido entre governos, entidades de direitos humanos, como organizações feministas, e organizações de apoio a pessoas que prestam serviços sexuais. Objetivamos, nesse trabalho, suscitar reflexões com intuito de problematizar o debate sobre tráfico de pessoas e prostituição. Primeiramente, apresentaremos distintas abordagens teóricas que analisam essa temática e, posteriormente, discorreremos sobre como esse debate afeta as mulheres que exercem prostituição, verificando se as contribuições teóricas formuladas favoreceram ou não o acesso a direitos por parte desse segmento social.

Compreensões de prostituição e tráfico de pessoas

As reflexões apresentadas neste artigo são resultantes de estudos realizados durante pesquisa desenvolvida ao longo de curso de doutorado em Educação, cujo objetivo foi investigar processos educativos consolidados nas relações estabelecidas por prostitutas que prestam serviços sexuais em casas noturnas de São Carlos (SP). Visando contextualizar a produção teórica acerca da temática da prostituição, foi elaborado um levantamento de artigos disponíveis no portal Scielo (Scientific Electronic Library Online) que apresentavam o descritor "prostituição", identificamos uma parcela significativa de trabalhos produzidos nessa área que discorre sobre tráfico de pessoas. Em busca realizada no referido portal, identificamos 43 artigos com o descritor "prostituição", dos quais 19 foram publicados em periódicos ligados à área da saúde e 24 em periódicos ligados às ciências humanas.

Dentre os 24 artigos publicados nos periódicos das ciências humanas, seis apresentamos os termos "tráfico de pessoas/tráfico de mulheres"/"tráfico de seres humanos" como palavras-chave. Tendo em vista a recorrente associação entre os temas prostituição e tráfico de pessoas, neste trabalho, buscamos analisar o que se mostra e o que se oculta nesse debate teórico visando a explicitar suas consequências para efetivação de direitos das pessoas que prestam serviços sexuais.

Tomamos como aporte teórico as contribuições formuladas por Agustín (2004, 2005, 2006), Grupo Davidá (2005), Kempadoo (2005), Piscitelli (2007, 2008), Santos, Gomes e Duarte (2009) que ressaltam o destaque que a problemática do tráfico de seres humanos vem assumindo na última década.

O tráfico de seres humanos tem sido alvo de um reforço legislativo que visa a combater e criminalizar esse fenômeno, mediante a adoção de medidas que procuram punir seus agentes (traficantes) e incrementar, ao menos no discurso, os direitos de suas vítimas (pessoas traficadas). No entanto, pesquisadores que desenvolvem investigações acerca do mercado do sexo têm alertado que, nas entrelinhas desse debate, se ocultam estratégias que alegam combater o tráfico de pessoas buscam, na verdade, reprimir a prática da prostituição.

Santos, Gomes e Duarte (2009) afirmam que o esforço legislativo traçado no sentido de proteger as vítimas do tráfico de pessoas não deve deixar de considerar aspectos como o controle das fronteiras estatais, a luta contra o terrorismo e o modo como cada país lida com a prostituição. Cabe destacar que a definição de tráfico também deve ser problematizada, já que o debate acerca dessa temática encontra-se polarizado em dois grupos: um deles percebe como tráfico sexual todo deslocamento – mediante consentimento ou não da pessoa que migra – realizado com intuito de prestar serviços sexuais; o outro grupo considera que o tráfico caracteriza-se pelo não consentimento ou coação da pessoa que migra. Os autores alertam que:

Em primeiro lugar, as iniciativas e estratégias políticas de combate ao tráfico, em especial tráfico sexual, não têm sido acompanhadas de um consenso relativamente à definição desse tipo específico de tráfico. Na verdade, facilmente se encontram definições concorrentes de tráfico e pouco consenso entre os/as diferentes investigadores/as e activistas. A maior ou menor abrangência do conceito de tráfico sexual influencia, desde logo, os números que são apresentados e, na sua esteira, as medidas de combate ao mesmo. Os números sobre o tráfico sexual, seja a nível nacional, continental ou mundial, dificilmente são sólidos e fiáveis, o que tem conduzido a duas posições que, por serem extremadas, efectivamente pouco podem ajudar as mulheres traficadas (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009, p.70)

Essa falta de consenso na definição de tráfico gera dificuldade em mapear o número de pessoas traficadas. Por um lado, algumas organizações fazem referência a números elevados de vítimas; por outro, há organizações que contestam tais dados, denunciando que parte das pessoas tidas como traficadas, na verdade, migraram de forma voluntária e não se percebem como vítimas do tráfico. Santos, Gomes e Duarte (2009) alertam que as posições de ambos os grupos precisam ser relativizadas, pois o primeiro grupo corre o risco de negar a autodeterminação das mulheres e demais pessoas que migram, ao assumir como tráfico situações de auxílio à imigração legal ou à prostituição voluntária. Já o segundo grupo pode acabar correndo o risco de não ajudar as pessoas que, realmente, estão em perigo.

Além da noção de tráfico, há também falta de consenso quanto à compreensão de prostituição, o que tem dificultado o diálogo entre as distintas posições teóricas que se debruçam a analisar essa problemática. Agustín (2006) destaca que o discurso tradicional sobre a prostituição não contempla as múltiplas realidades que caracterizam a indústria do sexo composta por diversos serviços sexuais (oferta de programas, linhas telefônicas, casas de massagem, bares, discotecas, serviços de acompanhante etc.). Almejando sensibilizar a sociedade sobre a violência contra a mulher, essas múltiplas realidades são homogeneizadas e a prática da prostituição passa a ser definida como sinônimo de exploração sexual ou como tráfico de pessoas, se, levar em consideração se as pessoas que oferecem e demandam serviços sexuais o fazem de forma consentida ou não. Dessa forma é negado o exercício voluntário da prostituição, convertendo-se em vítimas todas as pessoas que oferecem serviços sexuais e em exploradoras todas aquelas que demandam ou canalizam a oferta de tais serviços.

Segundo Piscitelli (2007), as pessoas que migram voluntariamente para trabalhar na indústria do sexo ocupam lugar central nas divergências que marcam o debate sobre migração e direitos humanos, no entanto, em vez de serem contempladas nos estudos sobre migração, essas migrantes desaparecem desse campo do conhecimento por motivos vinculados a lutas políticas e reaparecem como vítimas em certas abordagens feministas que visam a combater o tráfico de pessoas.

No entanto desses embates, há desencontros entre as lógicas normativas que orientam as ações de diferentes grupos de interesse. Esses desencontros são perceptíveis na colisão entre as lógicas dos estados nacionais e outras consideradas supranacionais e transnacionais que (...) se atribuem o direito de determinar e monitorar os comportamentos em uma escala global (PISCITELLI, 2007, p.2).

A noção de tráfico vinculada à prostituição tem marcado a discussão estabelecida entre governos, entidades de direitos humanos, organizações feministas e organizações de apoio a pessoas que prestam serviços sexuais. Definições feministas ocupam lugar de destaque no debate acerca da problemática do tráfico devido ao peso significativo que tiveram no processo de elaboração do Protocolo de Palermo, documento

que dispõe sobre a prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas e que foi elaborado numa Convenção das Nações Unidas, em 2000, sendo ratificado no Brasil em 2004. Apesar da convergência no sentido de buscar promover o bem-estar das mulheres, o discurso feminista apresenta divergências no que tange à concepção de prostituição e à relação desta atividade com o tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2008).

A respeito dessas divergências, Kempadoo (2005) reconhece que existe uma corrente feminista – consolidada a partir das pressões de movimentos reformistas eurocentrados compostos por mulheres da classe média ocidental-americana – que se posiciona contra a prostituição e conforma, no final do século XIX, as discussões em torno do "tráfico de escravas brancas" e sobre a "escravidão sexual feminina", na final da década de 1970. Essa corrente feminista percebe as instituições patriarcalistas – a família, o casamento e a prostituição – como formas de violência e abuso dos homens sobre as mulheres. A prostituição é, então, compreendida como a pior forma de opressão patriarcal voltada às mulheres, uma vez que se pressupõe que as mulheres nunca entram livremente em relações sexuais fora do "amor" ou do desejo sexual autônomo. Ao contrário, subentende-se que as mulheres são levadas a exercer prostituição mediante controle e poder masculinos sobre suas vidas e seus corpos. Sob a ótica dessa corrente, a prostituta é percebida como vítima e não como sujeito de sua prática.

Kempadoo (2005) destaca que, nas primeiras décadas do século XX, Emma Goldman – anarquista e defensora da autonomia sexual das mulheres – já tecia análises críticas denunciando que a cruzada contra a escravidão branca se convertera em campanha contra a prostituição. Essa posição de repressão à prostituição impôs uma lógica burguesa e imperialista às primeiras campanhas contra o tráfico e ainda pode ser observada no movimento contemporâneo de mulheres dos Estados Unidos que, por vezes, se alinham a ideologias e agendas políticas cristãs conservadoras.

Outra corrente feminista denominada como perspectiva feminista "transnacional" ou do "terceiro mundo" aborda o tema do tráfico de pessoas como discurso e prática que "emerge das interseções de relações de poder estatais, capitalistas, patriarcalistas e racializadas com a operação da atuação e desejos das mulheres de darem forma às próprias vidas e estratégias de sobrevivência e vida" (KEMPADOO, 2005, p.61). Sob a ótica dessa corrente, o patriarcado passa a ser mais um dentre os diversos fatores – racismo, imperialis-



mo, moralista, desigualdades sociais – que influenciam a vida das mulheres. Nega-se a vitimização da mulher e a tendência em retratar sua vida e seu trabalho somente pelo viés da subordinação aos interesses sexuais masculinos. A prostituta deixa de ser percebida como vítima e passa a ser compreendida como sujeito capaz não apenas de concordar e negociar, mas também de identificar, se opor e transformar relações de poder.

Nessa perspectiva “transnacional”, considera-se que a prostituta pode migrar voluntariamente para outros países com intuito de prestar serviços sexuais, pois para algumas mulheres provenientes do chamado “terceiro mundo” a prestação de serviços domésticos e/ou sexuais é uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Tendo em vista que tais serviços também estão disponíveis na Europa, viajar para exercê-los ganha sentido na medida em que pode gerar maiores ganhos financeiros para ajudar parentes, construir casas ou pequenos negócios, custear a educação dos filhos, além de ser uma oportunidade de viajar para conhecer o mundo e novas pessoas (AGUSTIN, 2005).

Esse deslocamento consentido não deveria ser considerado como tráfico de pessoas, já que segundo o Protocolo de Palermo (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional):

A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de

exploração (BRASIL, Decreto n. 5.016, 12 de março de 2004).

Embora a caracterização do tráfico de pessoas seja feita pela afirmação de condicionantes de violência tais como ameaça, uso de força, coação, rapto, situação de vulnerabilidade, fins de exploração, dentre outros, muitas notícias veiculadas pela mídia não distinguem tráfico de pessoas e turismo sexual e acabam convertendo em tráfico os deslocamentos voluntários que são feitos por adultos que almejam trabalhar no mercado do sexo em outros países.

Ilustrando essa assertiva, o Grupo Davida (2005) comenta uma ação implementada pela Polícia Federal que foi amplamente divulgada como “um golpe ao tráfico” pela própria polícia e por organizações voltadas ao combate do tráfico de pessoas. Após receber uma denúncia anônima, a polícia apreendeu 29 turistas norte-

americanos que estavam com 40 mulheres que seriam prostitutas, um fotógrafo e um brasileiro que também possuía cidadania americana, os quais se encontravam em uma escuna que os levaria a uma festa particular na Baía de Guanabara. Mesmo admitindo a não ocorrência de violação da lei brasileira, a Polícia Federal pretendia expulsar do país os turistas acusando-os de turismo sexual¹ por terem se associado a prostitutas brasileiras. Embora nenhum turista tenha sido acusado formalmente de tráfico de mulheres, a notícia foi largamente veiculada em websites de organizações envolvidas na luta contra o tráfico como uma ação de repressão a esse fenômeno. Os autores destacam que alguns trabalhos ancorados em perspectivas marxistas contribuem para aumentar a sensação de *pânico moral*² diante do tráfico de pessoas, levando a uma espécie de caça às bruxas, na qual toda mulher em trajetória de deslocamento internacional é percebida como vítima e qualquer estrangeiro no Brasil corre o risco de ser acusado de traficante. Destarte, o pânico moral acerca do tráfico de mulheres tem criado uma situação que viola os direitos de mulheres adultas que se engajam voluntariamente na prestação de serviços sexuais, de forma que sua vontade passa a ser ignorada sob a justificativa de que elas se constituem em vítimas que precisam ser protegidas do tráfico (GRUPO DAVIDA, 2005).

A produção de conhecimento acerca do tráfico de pessoas tem sido alvo de questionamento crítico por parte de pesquisadores, coletivos feministas e organizações de prostitutas. Piscitelli (2008) assegura que algumas leituras têm problematizado aspectos da formulação e aplicação do Protocolo de Palermo. Segundo a autora, um dos aspectos destacado é que embora esse documento legal priorize a proteção dos direitos fundamentais das vítimas traficadas, o processo de sua implementação tem acarretado efeitos negativos para as pessoas a serem protegidas. Dentre esses efeitos são citadas a restrição da mobilidade de jovens africanos que são impedidos de deixar seus países para evitar que sejam traficados, a internação de prostitutas que são forçadas a permanecer meses em abrigos custodiados pela polícia na Europa Oriental, ainda que essas mulheres afirmem não terem sido traficadas, e também a detenção seguida da deportação de mulheres que migram para Europa Ocidental com intuito de trabalhar na indústria do sexo. A autora destaca, ainda, o intenso crescimento de uma “indústria de resgate” de prostitutas migrantes, não somente daquelas que se encontram em situação de tráfico, mas também as que se deslocam voluntariamente para viver em outros países.

Considerações

Observamos, dessa forma, que embora a produção de conhecimento acerca do tráfico de seres humanos seja elaborada com intuito de proteger os direitos humanos das pessoas traficadas, por vezes, sua aplicação pode se efetivar de forma a reprimir o exercício da prostituição e a inibir os deslocamentos de pessoas oriundas de países em desenvolvimento com destino à Europa ou aos Estados Unidos.

Podemos observar essa repressão ao exercício da prostituição ao analisarmos o atual Código Penal brasileiro no que tange

ao tráfico de seres humanos. O artigo 231³ do Código Penal restringe os deslocamentos realizados por pessoas adultas que almejam prestar serviços sexuais em outros países e não está em sintonia com o disposto no Protocolo de Palermo, uma vez que penaliza todo aquele que promove ou facilita a entrada no território nacional de alguém que nele venha a exercer a prostituição, todavia não leva em consideração – como dispõe o Protocolo de Palermo – se o deslocamento em questão é realizado voluntariamente ou mediante coerção.

Recentemente, na Argentina, foi ratificado o decreto 936, que proíbe a publicação nos meios de comunicação de anúncios com oferta de serviços sexuais com o argumento de buscar erradicar a violência contra a mulher e implementar medidas para prevenir o tráfico de pessoas e assistir suas vítimas. Membros da Associação de Mulheres Meretrizes da Argentina (Ambar) denunciaram que o decreto 936 logra a criminalizar a prostituição e, em vez de erradicar a violência contra a mulher, pode potencializar a exploração de mulheres que exercem trabalho sexual, já que proibidas de oferecer seus serviços por meio de anúncios publicitários, tais mulheres poderão recorrer a proxenetas a fim de canalizar a oferta de serviços sexuais em outros espaços, como nas ruas, por exemplo.

Concluímos destacando que algumas medidas legislativas que são traçadas no sentido de combater o tráfico de pessoas ocultam, em suas entrelinhas, uma orientação metodológica moral cujo objetivo real converte-se em lutar contra a comercialização do sexo. Conforme ressaltam autores do Grupo Davida (2005), essa situação decorre do fato de que alguns ativistas e estudiosos concentram seus esforços em desenvolver grandes abstrações, tais como imperialismo, globalização, racismo, direitos humanos, sem relacionar esses temas à vida cotidiana das pessoas que migram com intenção de prestar serviços sexuais em outros países.

Agustín (2004) declara que o tema da prostituição costuma ser abordado em debates abstratos que, geralmente, omitem assuntos centrais como os desejos, as emoções e os sentimentos das pessoas envolvidas nas transações sexuais. Comumente prostitutas são retratadas como vítimas e clientes, como exploradores, assim o debate se concentra em torno do questionamento: a prostituição deveria existir ou não? Nesse sentido, visando a romper com essa discussão abstrata e procurando levar em consideração a vida cotidiana das pessoas trabalhadoras do sexo, a autora afirma a necessidade de considerar novos materiais acerca da temática, novas informações, ideias e investigações pautadas em distintas metodologias capazes de desvelar diversas faces do fenômeno da prostituição, as quais poderão embasar novos questionamentos ao descortinar dados oriundos das experiências vividas pelas pessoas que prestam serviços sexuais.

Notas

1 Cabe ressaltar, como é feito no referido artigo, que turismo sexual não é crime na jurisprudência brasileira.

2 Esse conceito alude ao processo pelo qual a mídia suscita

inquietudes populares ligadas a determinadas questões sociais, as quais geralmente são acompanhadas pela propagação de regras e normas para regulação e enquadramento das mesmas.

3 Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Referências

- AGUSTÍN, Laura. Lo no hablado: deseos, sentimientos y la búsqueda de «*pariselo bien*»: en OSBORNE, Raquel (ed). *Trabajadoras del sexo: deseos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Bellaterra, 2004. p.181-191.
- _____. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Págu*, n.25, Campinas, jul/ dez. 2005. p.107-128.
- _____. Más allá de la victimización. In *La Vanguardia*. Opinión, España, 25 de junio, 2006. p.24-25.
- BRASIL, Decreto n. 5.016, 12 de março de 2004. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Tráfico de Migrantes por Vias Terrestre, Marítima e Aérea. Brasília, 2004.
- GRUPO DAVIDA; SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus; PINHO, Ana Marina M.; PINHEIRO, Bárbara; LEITE, Gabriela Silva. Prostitutas, “traficadas” e pânico moral: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. *Cadernos Págu*, n.25, jul/dez. 2005. p.153-184.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Págu*, n.25, jul/dez. 2005. p.57-78.
- PISCITELLI, Adriana. Brasileiras na indústria transnacional do sexo. In *Nuevo Mundo Nuevos Sujetos*. Debates. 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index3744.html>. Acesso em agosto de 2007.
- _____. Entre as “máfias” e “a ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. In *Cadernos Págu*, n.31, 2008. p. 29-63.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimização. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87, dezembro 2009. p. 69-94.

Trabalho apresentado no Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador (BA), 4 a 6/9/2011

Como uma política de direitos humanos está sendo utilizada para reprimir as prostitutas

Thaddeus Gregory Blanchette
Professor de Antropologia
UFRJ-Macacé
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação
macunaima30@yahoo.com.br



Paula da Silva. De fato, a pauta do tráfico de pessoas vive se impondo em nosso campo desde o início da primeira década do século, devido à afirmação constante, mas pouco refletida e às vezes francamente equivocada, de que a interação entre sexo e turismo forma um campo privilegiado, tanto para o tráfico quanto para o seu combate.

Turismo sexual e questões mais gerais sobre a prostituição e o comércio sexual têm sido uma das áreas de estudo desenvolvidas por mim e por minha esposa, Profa. Dra. Ana

quando tomam a decisão de migrar para o exterior. Pelo menos condicionalmente, nossas pesquisas permitem afirmar que os maiores perigos enfrentados por esses homens e mulheres têm relação com os efeitos diretos de sua situação como imigrantes irregulares ou ilegais, envolvidos num tipo de trabalho – a prostituição – que é muitas vezes ilegal e quase sempre estigmatizado. Ser migrante brasileiro na Europa ou nos Estados Unidos e trabalhar como puta, michê ou travesti significa se expor a uma série de preconceitos que são incorporados à estrutura jurídico-social por meio de leis xenófobas e sexofóbicas e que se manifestam em violências orquestradas pelo aparato repressivo do Estado. Evitar essa violência torna-se, assim, a principal preocupação dos trabalhadores sexuais brasileiros; para isso, ativam uma série de relações com indivíduos e instituições que prometem proteção, trabalho e mobilidade; e que são rotulados de “mafiosos” pelos agentes do Estado, precisamente (e autologicamente) por causa de suas interações com os trabalhadores sexuais.

Em termos de nossa produção acadêmica, essa situação acabou se impondo, transformando-se em uma preocupação marginal para uma questão central e estruturante em nossos trabalhos atuais. Descobrimos, como acadêmicos e seres humanos, que não podemos simplesmente testemunhar a crescente onda da *ilegalização* da migração em função do trabalho sexual: precisamos agir em prol dos trabalhadores sexuais e do seu direito constitucional e humano de ir e vir livremente, um direito que, a nosso ver, está sendo progressivamente erodido pelas alterações na legislação e pela atuação das forças de segurança, em escala global, ocasionada pelo crescente pânico moral do tráfico de pessoas.

Como parte da nossa atuação diante dessa questão, formamos uma aliança produtiva com a organização de prostitutas Davida, de modo a contribuir com a resposta, no campo jurídico-legal e cultural, às acusações de que ser prostituta e migrar significa ser uma vítima do tráfico. Os militantes de Davida acompanham nossas pesquisas e são sempre convidados a criticá-las e até a participar como coprodutores e autores. Ademais, os resultados de nossos trabalhos são disponibilizados para Davida, para que a organização possa usá-los para articular alternativas políticas, com base científica, às atuais políticas antitráfico patrocinadas pelo Estado brasileiro e seus aliados e interlocutores internacionais.



Beijo da rua - abril 2012



Um foco particular desse trabalho em conjunto tem sido, não tanto as mudanças na legislação brasileira referente ao tráfico de pessoas, mas as permanências. Refiro-me aqui do Artigo 231 do Código Penal, que continua a ser o único dispositivo legal brasileiro que se refere ao tráfico. O Artigo 231 é um artefato interessante, pois não só contradiz a letra e o intuito do Protocolo de Palermo – o tratado que orienta a luta transnacional contra o tráfico – como, em suas sucessivas modificações, de 2005 e 2009, reforça e amplia seu caráter como dispositivo especificamente dirigido à repressão da prostituição. Enquanto o movimento antitráfico brasileiro vem reconhecendo cada vez mais a insuficiência da legislação vigente, alguns dos mesmos atores – particularmente, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – são simultaneamente ativos na reformulação e ampliação do Artigo 231 como código antiprostituição.

Em 2005, por exemplo, sob os auspícios da remoção da linguagem sexista do Código Penal brasileiro, a lei foi ampliada, por meio do Artigo 231a, para definir as migrações internas de “explorados sexuais” como “tráfico”. Em 2009, o Artigo foi novamente modificado, dessa vez especificamente para equacionar os termos “exploração sexual” e “prostituição”, de modo tal que – até onde eu saiba, pela primeira vez na legislação brasileira – acabaram situados como sinônimos.

Ao mesmo tempo em que toda essa atividade reformadora acontece no âmbito do Artigo 231, refinando-o como arma antiprostituição, não houve o mesmo grau de promoção prática e efetiva de projetos de lei, de longa data arquivados pelo Congresso, que prefiguraram a reforma urgente dos

códigos brasileiros referentes à imigração e à regulamentação do trabalho sexual. Como a antropóloga e pesquisadora Maia Sprandel, funcionária do Congresso Nacional, tem comentado em várias ocasiões, a preocupação com o tráfico de pessoas e sua crescente associação com a vigilância da migração e da prostituição parece ter sido um dos principais fatores na marginalização política desses outros dois projetos de lei: o 98/2003, que permite o funcionamento de casa de prostituição, e o 5655/2009, chamado de “Lei do Estrangeiro”.

Mas seria incorreto dizer que a crescente repressão das migrações dos trabalhadores do sexo no e para fora do Brasil é fruto de grandes modificações legais: nossas pesquisas mais recentes, durante a última rodada de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) sobre o tráfico, indicam que boa parte dessa repressão está acontecendo extra-legalmente, manifestando-se, em muitos casos, por meio de instituições e disposições sócio-culturais criadas ou reforçadas pelo movimento antitráfico e veiculadas por este como necessárias para a defesa dos direitos humanos. A mais importante delas é a efetivação do Mito da Maria como orientação pragmática das forças de segurança e de seus aliados na sociedade civil brasileira.

Aqui devo parar, parenteticamente, para descrever esse mito. Basicamente, ele enquadra como “traficada típica”, ou exemplar, a Maria (geralmente dos Santos ou da Silva), uma jovem e bonita mulata ou cabocla de origem popular que, iludida pelas falsas promessas de aliciadores estrangeiros, é “extraviada” para fora do Brasil, onde é forçada a se prostituir como escrava sexual. (Imagens 1, 2 e 3, reproduções de panfletos do Projeto Trama). A proposição fundamental desse mito é que Maria – como brasileira pobre, de cor, ignorante e, por fim, escrava – não tem agência alguma e não é capaz de refletir ou de agir sobre sua situação. Maria é tão “objetificada” por sua experiência como escrava que ela nem ajuda a polícia na captura e perseguição de seus alvos, pois ela os teme de modo absoluto.

(Em outra variante do mito, Maria simplesmente não entende que é vítima e, portanto – nas palavras de um servidor do Ministério da Justiça –, “precisa ser educada para se identificar como vítima e, através disto, se empoderar”.)

De qualquer maneira, ignorante ou medrosa, a única esperança de liberdade que a Maria tem está na intervenção dos

agentes do Estado. Como, porém, ativar esses agentes se Maria, em sua prostração, não pode contactá-los? A resposta é simples: através dos bons cidadãos, devidamente "capacitados" por educadores a perceber a situação da Maria como traficada e a denunciá-la às autoridades.

E é justamente aqui que o movimento antitráfico está fazendo uma intervenção decisiva na repressão, através da educação do público brasileiro e, particularmente, de "parceiros estratégicos", tais como assistentes sociais, policiais, agentes de turismo e funcionários do setor hoteleiro. Por meio de inúmeros "cursos de capacitação e educação", esses "parceiros" são ensinados que Maria tem gênero, cor, classe e condição: que ela é tipicamente pobre, preta e puta. Identificadas em trajetória de migração, particularmente se essa for internacional, "vítimas suspeitas" devem ser denunciadas à polícia, utilizando os números de telefone disquetes-denúncia, convenientemente estampados nos materiais dos cursos e veiculados em cartazes distribuídos em aeroportos, escolas e outros "pontos estratégicos" pelo governo federal. (Imagens 4 e 5, cartazes produzidos pelo governo federal e ONU.)

Assim, quando Maria chega ao aeroporto, ela é devidamente interceptada pela polícia, sequestrada para uma sala repleta de agentes, e avisada de que "houve informações" de que ela "está embarcando para participar de um empreendimento criminoso", e que, na opinião da polícia, ela deve desistir da viagem. Temos indícios de que às vezes ela é mantida nessa sala, ouvindo tais "avisos", até a decolagem do seu avião.

Essa prática tem nome, de acordo com a Polícia Federal: é chamada de "ação preventiva na fiscalização dos aeroportos". E a PF do Rio de Janeiro insiste que ela é necessária justamente porque a



Maria não quer ou não pode testemunhar após a ocorrência do crime de tráfico. A hipótese de que Maria não quer testemunhar porque ela vê, na polícia, agentes de violência mais proeminentes do que as supostas "máfias" não é levada. De qualquer maneira, tal ação preventiva é uma clara violação dos direitos constitucionais e dos pontos mais básicos da jurisprudência ocidental, pois busca prevenir um crime que ainda não aconteceu na base de denúncias anônimas. Se presumimos que a violação de seus direitos é uma violência, a decisão de Maria de não cooperar com a polícia parece sensata e racional: ela busca evitar uma violência iminente oriunda da polícia e não dá prioridade a uma violência hipotética de máfias hipotéticas.

A decisão de não-cooperação com a polícia ganha ainda mais em racionalidade quando levamos em consideração a história das interações entre a polícia e os trabalhadores do sexo no Brasil. Como recente tese defendida pelo antropólogo

José Miguel Nieto demonstra, essas relações são frequentemente configuradas pela brutalidade, desrespeito e franca ilegalidade por parte de membros das forças de segurança. Nossas pesquisas no Rio indicam que membros da polícia são frequentemente identificados como exploradores de trabalhadores sexuais, extraindo deles dinheiro e "favores" em troca de "proteção".



Deve-se notar aqui que esse papel da polícia está longe de ser uma especialidade brasileira, sendo apontado em pesquisas sobre prostituição em todo o mundo.

Ou seja, falando francamente, quando o negócio é prostituição, a polícia muitas vezes é a máfia.

Esse fato quase nunca é contemplado pelos agentes do movimento antitráfico e, pelo que eu saiba, é completamente ignorado pelo governo brasileiro, que parece agir na crença de que a violência da polícia contra os trabalhadores do sexo é oriunda de alguns indivíduos da "banda podre" e não um fator estruturante social e histórico do mercado do sexo.

Nisso se baseia a minha sugestão e a de Ana Paula para vocês, nossos colegas das ciências sociais, que buscam contemplar o fenômeno do tráfico de pessoas como artefato sociológico que toca em questões sobre os direitos humanos:

A academia brasileira tem uma longa e combativa tradição na defesa dos direitos humanos contra agentes do Estado. Particularmente grandioso nessa tradição tem sido o questionamento da violência policial como ato isolado ou particular. Acho que não estou generalizando quando afirmo que as ciências sociais no Brasil entendem essa violência como algo estruturado e estruturante de e pelas relações sociais, uma violência que defende as "pessoas merecedoras de consideração" dos "indivíduos" ou "cidadãos", contra quem a lei busca agir "exemplarmente". Está na hora de retomar essa tradição e focá-la nos estudos do tráfico, questionando a presunção básica de que a polícia e outros agentes do Estado agem em prol dos direitos humanos.

Em particular, Ana Paula e eu achamos que devemos começar a incentivar estudos processuais de como funciona a atuação antitráfico dos agentes do Estado, independentemente da retórica gerada pelo movimento antitráfico. Isto significa focar em quem é apontado como traficado e traficante, por quem, em quais situações e, sobretudo, significa concentrar-se no que é feito e não no que é dito. Ações como a ocorrida no início de 2011 em São Paulo, por exemplo, não podem mais ser chamadas de "ações de resgate da dignidade humana" sem registro e contestação de nossa parte. (Imagem 6.)

Nós, das ciências sociais, devemos então agir para demistificar o tráfico como "questão de polícia" e situá-lo como questão social: como "migration gone wrong" ("migração que deu errado"), nas palavras de David A. Feingold, um processo que envolve muitos agentes e etapas complexas e não uma "trajetória" ou "rota" linear, dominada pelas figuras da "vítima inocente" e do "algoz mafioso".

Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu (MG), em 27/10/2011.



Travestis "resgatadas" na operação antitráfico da Polícia Civil de São Paulo, no dia 2/2/2011, sendo colocadas no camburão como criminosas comuns. Apesar de serem rotuladas de "vítimas do tráfico", as pessoas não têm seus rostos ocultados, considerando que foi dada à pessoa do lado direito da foto. A leitura clara da situação – tanto pelas policiais quanto pela mídia – é que essas travestis são criminosas (Foto Hélio Torchi, Futura Press).

TABATINGA, Itália

“...tem que saber que eu quero correr mundo
Correr perigo
Eu quero é ir-me embora
Eu quero dar o fora...”
Você não entende nada. Caetano Veloso

José Miguel Nieto Olivari
Unicamp
escreve.ze@gmail.com

O que ela vê pela janela é a bandeira gigante do Brasil e as frases contundentes do novo império saudando os visitantes do país vizinho. O que ela devia era sentir orgulho, talvez excitação. Mas não é. O que ela devia era sentir-se enorme, sorridente, poderosa. Mas não é. Nem potente ela se sente mais. Então virou o seu rosto para o chão, vê unhas que precisam ser pintadas, pés que precisam ser arrumados, o piso da sua casa que tão bem ficou com as cerâmicas que lhe trouxeram de Bogotá, na Colômbia. Levanta e sai da cama, rumo ao pítio, o dia está lindo e deve aproveitar que o sol ainda não... Quanta luz.

O Brasil, gosta ela de pensar, foi virando uma grande baleia tentando navegar pelo rio e fazer as graças dos pirarucus e piranhas. Mas baleia não é piranha. Piranha é foda. Piranha é coisa de outro mundo, piranha não se deixa encantar pelos brilhos nos olhos nem pelo largo e falso sorriso da baleia. E de piranhas ela sabe; ela que sempre foi, ele que já muitas pescou. Mas o Brasil não é piranha, pensa, e reconhece o ressentimento na sua mão esquerda que treme tentando pintar a direita. O Brasil é baleia que quebra canoa e tenta dizer que é carícia. A mão direita é firme, forte, sempre ali, sabendo o que fazer. O ressentimento cresce, é também baleia, quando lembra das fotos das amigas mais velhas que se mudaram para a Itália, que casaram em Paris, que trefam em Barcelona. A baleia nos trópicos sofre, exige que o rio não seque muito, manda dragar, necessita de mais alimento que o possível, não há embarcação que resista a sua calda monumental, sua, seu coração desfunciona.

A cidade cresceu nos últimos anos. Ela bota as sandálias de estar em casa e abre a porta principal para deixar os ares quentes da noite saírem. Já estão as crianças com suas pipas. Na varanda há garrafas vazias e uma bicicleta que alguém esqueceu. Depois de arrumar a casa e tomar café dormirá umas horas mais. Tem

a lembrança da rua antes de ser pavimentada. Alguns anos atrás. Da época de chuva e os homens chegando procurando mulheres, procurando bebida, procurando um pouco dessa diversão que aprenderam a procurar. Procurando a própria nos rastros dos anos e das viagens não feitas. As pedagas de barro atrás dos olhos nunca apagam.

Um dia ela quis ir-se embora, tinha 17 anos de idade e sabia como ninguém o que queria. Hoje pensa e sabe que era verdade, que mesmo nos fogos da adolescência, lá no fundo do seu coração conseguia olhar no olho dos seus sonhos e vontades. Mas não pôde. Enquanto ela tentava vir seria, virava gaito, o Brasil virava usina. Queria ir para Itália. Quem não queria morar na Itália naqueles anos? Quem não quer casar com um italiano? Basta ver esses jogadores de futebol para imaginar o que serão esses homens! Quem não queria uma vida melhor? Uns sapatos Dolce & Gabbana? Quem via uma imagem que a transtornava. A foto no Orkut de sua amiga e vizinha Samantha, deslumbrantemente loira, uns anos mais velha, em um vestidinho brilhante brincando de fazer um boquete numa torre torta, gigante, que chamam Torre da Piça.

Foi que ela quis ser a moça da foto. E viu as outras imagens, os carros, os homens, os abrigos naqueles invernos acinzentados, as histórias de gozo, as de tristeza e dor, as aventuras, as brigas, os insultos das policas italianas, os enganos, as horas de angústia que ela mesma escrevia, as travessias em trem a França e outros lugares. E um ate. E foi tudo isso que ela quis, tudo, o pacote completo, a companhia de Deus e a valentia que sempre teve. Restava apenas esperar o momento certo.

Era puta. Puta de avenida, dizia. Tinha mais de 10 nomes disponíveis dependendo do bofe, todos compostos, todos cuidadosamente criados. Gostava de macho com a mala grande, que soubesse comer e que em hipótese nenhuma pedisse para ser comido. Ela nunca gostou de comer, afinal, é a moça que sempre foi. E moça não come e moça não paga e moça não convide. Fazia as delícias de policas e políticos, de marinheiros e funcionários públicos, de filhos de pastores, pescadores sarados e jogadorezinhos de futebol. Seu prazer era curtir a noite, trepar, seduzir, saber que eles morriam de tesão e pagavam (quase) o que ela pedia. Os moços da Polícia Federal eram o topo da cadeia alimentícia local. O melhor que você podia levar para dentro de si era um desses moços malhados, tatuados, altos, solitários e com dinheiro. Depois estavam alguns militares brasileiros e colombianos, depois alguns brancos sem marca e, finalmente, quase excluídos de acessar as suas delícias, os índios, haitianos e peruanos. Discriminação de classe, cor, raça, etnia, fisionomia, nacionalidade, cheiro, metragem sexual? Com certeza, assim funciona o mundo nesta cidade. Ai, se aparecesse um italiano!

Ela gostava de desfilar em concursos, gostava de fabricar-se no espelho e cultivar cuidadosamente sua insuportável

Beijo da rua - abril 2012

baleia. O truque que era. Ela era a loucura da *macharada* quando deslizava pelo porto, pela feirinha, pela Avenida da Amizade. E então chegou o momento certo. Do lado da sua casa morava uma outra amiga, também rapaz alguns anos

Havia uma imagem que a transtornava. A foto no Orkut de sua amiga e vizinha Samantha, deslumbrantemente loira, uns anos mais velha, em um vestidinho brilhante brincando de fazer um boquete numa torre torta, gigante, que chamou Torre da Piça.

atrás, e então precisava mocinha de lábios grossos e cabelos enrolados, cuja prima (ah, o parentesco!) de 19 anos morava em Manaus. Prima também do babado, também do truque, também da curtição noctâmbula, também desses percursos da transformação. A prima sabia tudo dos flunets e maldandras da capital, já tinha ido pra Lima, *incluso*, e dizia conhecer os labirintos para trabalhar em São Paulo (... lá no sul...). E sabia em qual parada de ônibus ficar para chegar à Itália e que aquelas as palavras mágicas para deixar Milão de joelhos. Mas isso aqui é o último canto do Amazonas; passando natal e reveillon paririam.

Na sede da ONG LGBT da cidade foi dada uma palestra para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e do tráfico com fins de exploração sexual. Claro que ela não lembra a data nem de mais palavras que aquelas, foi tudo muito tempo atrás. Aprendeu que tudo o que fazia, menos ser isso que chamavam de travesti, estava errado e era crime. Aprendeu que viajar para o exterior, como sonhava, era crime e se chamava *travesti*. Devia era ficar ali e visitar *Dismey* quando alguém convidar. Que ser puta era uma, uma... (como era?), uma opressão, uma dominação, uma indignidade, uma exploração. Devia era ser secretária ou estudante de antropologia. Mas ela não sentia nada daquilo, ela apenas gozava, se divertia e curtia as aventuras da noite.

E lembra que aprendeu também, porque foi dito por uma senhora muito bem intencionada, que seu desejo de ser puta, de ir-se embora e dar não era verdadeiro nem bom. Aprendeu que ir-se para outro país era um risco terrível porque seria roubado seu passaporte, porque seria encerrada em pequenas gaiolas e depois esturpada e sua família ameaçada e já nunca mais poderia voltar. E enquanto sua amiga e a prima faziam a bagagem e conversavam com suas famílias, porque Manaus esperava e dali o mundo, ela não sabia o que fazer. E se era verdade tudo aquilo? O mundo, o mundo parece tão terrível, tão melhor ficar por ali, tão difícil. Covarde nunca foi, mas se a mãe sofria muito? E se for? Se pelo menos conseguisse um traficante confiável. E se tudo aquilo for papo de bicha velha e coroa mal comida morrendo de inveja? Mas enquanto se distraía olhando os pores-do-sol sobre o rio, e enquanto nos amanhoceros de volta a casa pensava na parte de trás de uma moça, e enquanto duvidava lavando com sabonetes floridos seu pênis e seu corpo sem pelos, as outras duas foram embora.

No puteiro que herdou de um tio que morreu esfaqueado por um soldado traído tem uma foto gigante da Torre de

Beijo da rua - abril 2012

Pisa. O cartaz ocupa a parede atrás do balcão. Do lado de fora lê-se: Bar Itália. O cantor da sua baleia se perdeu entre as águas impotíveis da cidade e não foi substituído pelo abuso das estradas e das gentes

européias. Hoje sabe tudo sobre tudo; suas amigas foram embora e a crise voltaram e partiam de novo. Elas as ouviu com calma, noites inteiras em que abriram as bagagens cheias de sapatos e brinco e cintos e calcinhas e cremes e basteirinhas gostosas. Ela se olhou dias longos entre as águas das piscinas chiques ou dos lagos públicos em Letícia, na Colômbia, e as gaias como a turistas nos desfiles de Caballo Cocha e Iquitos, no Peru. Ela bebeu suas lamentações e o orgulho violento. E então decidiu ir-se três semanas depois delas. A sua amiga emprestaria o dinheiro.

Porém, a baleia respirou forte mais uma vez. A Copa do Mundo, as Olimpíadas, mais milicos chegaram a cuidar das fronteiras, a imagem do progresso. A baleia mexeu-se no rio, abrindo espaço, tentando se afundar mais, preocupada com a água sobre si, com a temperatura corporal, com as fotos que, sabia, dela tiravam. Como tinha ajudado mais duas ou três e fazia parte de uma rede de moças viajantes (semelhante ao CouchSurfing mas sem dar de graça), foi barrada em Guarulhos.

Deitada por tráfico de pessoas, uma advogada amiga aconselhou-a ser vítima. Vítima de tráfico não poderia ir presa, ou não ficaria presa tanto tempo. Ela disse que não sabia de nada, que quanta tristeza e grandíssima indignação, e repetiu de cor o discurso que tanto ouviu de colegas e assessoras na ONG. Seu passaporte ganhou um carimbo especial e reconheceu de noites de orgia um dos moços de preto que a deteve antes de embarcar. Podia ter insistido nos anos seguintes por outras fronteiras, com outros nomes, mas ganhou preguiça.

Ela, a respeitável madrinha, é uma flor de doçura. Ainda que às vezes deva bater em quem deva bater. Continua sendo, como sempre foi, a mais querida dos seus clientes, e varrendo o chão da sua casa enquanto as goças chegam e o dia esquentava, recebe no celular três ligações internacionais. As salvias gemem, pensa, circulam pelo mundo como outrora só o vento e algumas aves. Afinal, diz para a vizinha que alimenta seus gatos e cachorros, são bichos da mesma natureza.

Gempac acende luz da esquina no Dia da Mulher



"Não deixe a luz da esquina se apagar". Com este slogan, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará (Gempac) lançou campanha para aquecer a vida cultural e boemia do tradicional bairro da Campina, onde também fica a sede da ONG. O lançamento foi no Dia Internacional da Mulher Livre (assim mesmo, no cartaz), numa evidente referência às estrelas do bairro. Filme, peça teatral,

exposições, show de reggae, moda e dança agitaram a casa da Padre Prudência. No 2 de junho, Dia Internacional da Prostituta, um novo evento vai reforçar a campanha.

Com diversos parceiros, como o Fundo Brasil de Direitos Humanos, a iniciativa do Gempac merece a atenção de outras associações de prostitutas, especialmente as que estão em cidades-sede da Copa



Beleza e charme também tem sua vez

2014, o que nem é o caso de Belém. Afinal, revitalizações rondam por aí, ameaçando os centros antigos, onde boa parte da História é criada, contada e vivida na prostituição.

Em Curitiba, por exemplo, que terá jogos na primeira fase, sem a seleção brasileira, prostitutas do grupo Liberdade já estão preocupadas com a possível "limpeza urbana" no Centro, insinuada pelo governador Beto Richa.



Olha o arrasta-pe...!

Porto Alegre

Já Porto Alegre, com cinco partidas, está em processo de urbanização de praças, parques, avenidas e ruas. As obras, segundo o NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição), estão reduzindo os espaços de prostituição e a mobilidade das prostitutas, com perda de clientes. Além disso, vários prédios onde há salas de prostituição estão sendo fechados.

"Eles começaram as obras pelas áreas de prostituição, o que, para bom entender, não precisa falar mais nada...", diz Lucia Paz, do NEP. A tradicional praça da Alfândega, reaberta depois de reformas, "ficou sem graça, mas estamos todas lá trabalhando", conta.

A ativista afirma que as prostitutas estão atentas, de olho na



Lourdes Barreto, de mãos no quadril, e companhia diante da sede do Gempac

Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife e Salvador. Nas três últimas, prostitutas ainda não sofreram mudanças que afetem seu trabalho. Em Belo Horizonte, brigam para manter a vocação da Zona Boêmia (veja matéria ao lado). Já o Rio está um verdadeiro canteiro de obras, especialmente na zona portuária, espaço tradicional da batalha. Olho vivo!

BH reage a mudanças na Zona Boêmia

O futuro dos pequenos hotéis e comércio nas imediações da rua dos Guaiurus, Centro de Belo Horizonte, foi debatido em reunião entre o deputado estadual Alencar da Silveira Jr., secretários da prefeitura de Belo Horizonte e as associações dos Amigos da Guaiurus e das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), em BH.

O anúncio de investimento da rede internacional de hotéis Golden Tulip, que irá reformar um prédio antigo na esquina da rua Rio de Janeiro com a avenida do Contorno e transformá-lo em complexo hoteleiro, deixou prostitutas e comerciantes preocupados. Como um golpe de marketing, os administradores da rede hoteleira divulgaram imagens mostrando o Baixo Centro, onde fica a Zona Boêmia, como uma região cheia de praças arborizadas no lugar dos edifícios e sobrados. Isto fez com que mulheres da vida e donos de negócios acreditassem que a novidade viria acompanhada de uma revitalização às custas de desapropriações e demolições. Na reunião, os secretários municipais garantiram que tudo não passou de propaganda. A chegada do novo empreendimento é uma possível revitalização não afetará os pontos comerciais dos arredores da Guaiurus. O deputado Alencar da Silveira Jr. defende que é importante uma revitalização que não descaracterize a região. "Todos sabem da vocação da Guaiurus e da importância histórica que a rua tem para Belo Horizonte", afirmou.



Um beijo para Gabriela: o documentário

Sai do forno este mês o documentário "Um beijo para Gabriela", dirigido, fotografado e editado por Laura Murray. O filme segue de perto a campanha da deputada federal pelo PV fluminense de Gabriela Leite, em 2010, quando enfrentou 822 concorrentes e os desafios de um sistema político dominado por homens, para ver se uma prostituta, ativista, esposa, mãe e ícone cultural poderia contrariar a norma e vencer as eleições.



Em campanha nas ruas de Copacabana

Unindo interatividade e observação, num contexto de acesso irrestrito permitido por Gabriela, o filme explora os significados de ser prostituta, esposa e, mais importante, o que significa, para uma mulher que representa um dos grupos mais marginalizados do mundo, ser candidata à Câmara dos Deputados. Os estereótipos negativos da prostituição são postos em questão e desafiados através de imagens de Gabriela cozinhando para seu marido enquanto ele põe a mesa; defendendo com veemência seu papel como candidata representativa de todas as mulheres; recusando a oferta de um pastor evangélico de captar votos em sua comunidade em troca de dinheiro; e chorando ao votar em si própria pela primeira vez.

A obra foi premiada como Melhor Pitch Documentário no Fusion Film Festival de Nova York e recebeu apoio da Fundação Verde Herbert Daniel para finalização e divulgação. A estreia será no Sex Worker Film Festival da



Filmada por Laura Murray, a diretora, Gabriela assina ficha de candidata



Programa na TV

Alemanha e logo a seguir, no Brasil. Exibições em outros festivais e eventos internacionais também estão previstos.

Como parte do projeto com a Fundação Verde, serão

desenvolvidos um website e guias de discussão, a fim de apoiar o movimento de prostitutas em vários países. Também será produzido um DVD com extras sobre o movimento das prostitutas no Brasil, Daspu, vídeos da campanha, e cenas de beijos mandados para a candidata por seus apoiadores, como os integrantes da Rede Brasileira de Prostitutas.

Quinhentas cópias do DVD serão doadas a associações de prostitutas, para uso em ações de advocacy e educação, de modo a ampliar a discussão sobre direitos e incentivar a participação política. Outros 300 exemplares irão para diretórios municipais do Partido Verde para divulgar a experiência de Gabriela como exemplo da importância da liberdade, autonomia e respeito à diversidade.

O documentário está sendo produzido pela Miriade Filmes, de São Paulo, em associação com a Rattapallax, de Nova York.

Mais informações no site www.umbeijoparagabriela.com

ZONA LIVRE

23

ZONA LIVRE

23

O Estado da Saúde e a “doença” das prostitutas: como mudar de foco?

Flavio Lenz

Ao surgir para o restante da sociedade em 1987, devido à repercussão midiática do I Encontro Nacional de Prostitutas, realizado no Rio, o movimento organizado de prostitutas levantou como principal reivindicação o fim da violência policial. Embora o evento tivesse uma pauta repleta de temas – sexualidade, violência, saúde e educação, profissão, organização, preconceito e discriminação, estigma, moralismo e hipocrisia –, as 70 mulheres de 11 estados, reunidas por iniciativa de Gabriela Leite, voltavam incessantemente ao assunto que não queria calar.

“O grande tema que predominou em todos os debates do I Encontro foi a violência” (Última Hora, 24/7/1987). Ou: “... mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão por outros caminhos, tudo acabava no assunto da violência. Mas não era de qualquer violência (...), e sim da violência policial” (LEITE, 2009, p.147). E, como cantou Maria José, moradora de Juazeiro (BA): “Outro dia um policial matou uma amiga minha porque ela não quis ir para a cama com ele” (Jornal do Brasil, 21/7/1987).

Um segundo tema, porém, também foi destaque nas páginas dos jornais da época, mesmo que em menor frequência: saúde, mais especificamente, Aids. É de Sueli, da Vila Mimosa, a declaração ao jornal **Mulherio**: “... a gente não é aquele foco da Aids (...), a gente chega num lugar, se fala que a gente é isso, nossa senhora!” (CASTILHO, 1987, p.6). E de Emi Gonçalves a denúncia de que “um médico da Casa do Hemofílico (...) esteve no Mangue realizando exames nas mulheres (...) e anunciou na imprensa que quatro das prostitutas portavam o vírus da Aids. (...) Segundo ela, testes feitos nas mesmas mulheres pela Fundação Oswaldo Cruz deram resultado negativo” (O Dia, 21/7/1987). No **Globo** da mesma data, o relato da prostituta, aqui nomeada de Enry, é ampliado com suas opiniões: “Duas delas tentaram suicídio. Foi uma atitude desonesta deste médico. (...) É um absurdo que usem uma doença grave deste modo.”

Vale lembrar que no ano do I Encontro, 1987, o HIV já havia sido isolado, o Brasil tinha mais de 2.000 casos notificados e homossexuais masculinos e

usuários de drogas injetáveis, sobretudo, mas também prostitutas, sofriam as consequências da concepção de grupos de risco.

Temos, assim, duas fortes denúncias, veiculadas a partir do evento das prostitutas: violência policial e associação das prostitutas com a Aids. O que aconteceu? Cairam no vazio? Ou houve alguma movimentação de atores sociais ou do Estado?

Sim, o Estado agiu. Já em 1988, a prostituta que havia liderado o encontro do ano anterior foi convidada a participar de uma teleconferência da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) sobre Aids. Em 1989, foi criado o Projeto Previna, primeira parceria da então Coordenação Nacional de DST/Aids com o movimento de prostitutas, que também incluía ações de prevenção dirigidas a travestis e micheis, homossexuais, presidiários e usuários de drogas (injetáveis). Este projeto representou o começo de uma continuada interlocução, no sentido da elaboração e execução de ações (por vezes denominadas políticas públicas) de prevenção de Aids junto a essas populações.

O que pretendo investigar, mesmo que no curtíssimo espaço destas páginas, é a rápida resposta do Estado às questões relacionadas à Aids, diferente do que aconteceu para as denúncias de violência policial, enfrentadas pelas próprias organizações de prostitutas que começaram a ser criadas seis afora, já em 1988.

Para além do óbvio e enorme impacto da epidemia de Aids em todo o mundo, com a mobilização da comunidade científica, de laboratórios farmacêuticos, governos, ativistas e até, religiosos, uma breve viagem no tempo pode dar algumas pistas.

A doença, as mulheres e as prostitutas

Até a metade do século XIX, a doença era entendida como “uma entidade que subsistia no ambiente como no Mangle realizando exames nas mulheres (...) e anunciou na imprensa que quatro das prostitutas portavam o vírus da Aids. (...) Segundo ela, testes feitos nas mesmas mulheres pela Fundação Oswaldo Cruz deram resultado negativo” (O Dia, 21/7/1987). No **Globo** da mesma data, o relato da prostituta, aqui nomeada de Enry, é ampliado com suas opiniões: “Duas delas tentaram suicídio. Foi uma atitude desonesta deste médico. (...) É um absurdo que usem uma doença grave deste modo.”

Vale lembrar que no ano do I Encontro, 1987, o HIV já havia sido isolado, o Brasil tinha mais de 2.000 casos notificados e homossexuais masculinos e

Tal modelo promoveu uma concepção naturalista e biológica da mulher, considerando desde fatores como estatura, força muscular, tamanho do cérebro, até, e, principalmente, os órgãos reprodutivos e a mecânica dos hormônios, num contexto em que se buscava construir a diferença entre os sexos (GIFFIN, 1991; ROHDEN, 2008).

Todos esses fatores, construídos a partir de uma ciência ideológica, eram utilizados para caracterizar a suposta inferioridade biológica da mulher, conferindo a ela uma função social ligada exclusivamente à reprodução e à maternidade. Desse modo, cria-se uma divisão sexual do trabalho, “havendo universalmente uma identificação (...) das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública” ao nível de atividades” (ROSALDO apud GIFFIN, 1991, p.191). Produção, assim, é atividade masculina, e reprodução, feminina.

Além disso tudo, e muito importante, a descoberta de microorganismos faz com que todo indivíduo se torne suspeito, “aparecendo a um portador em potencial do micróbio. A ameaça do contágio poderia estar em qualquer parte” (RAGO apud ENGL, p.48).

As prostitutas são então associadas às doenças venéreas, o que contribui para legitimar ações saneadoras por parte do médico nas cidades. Ao mesmo tempo, ao representar a prostituição como doença, deixando de vê-la somente como pecado, como queria a religião, é preciso que “o médico faça da ameaça oculta uma ameaça conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável” (ENGL, 2004, p.66). Ameaça não só física, mas moral e social, porque poderia “contaminar” as “mulheres normais”.

As teorias sobre as prostitutas se ampliavam. Afinal, entre as mulheres, elas não se enquadravam na caracterização de reprodutoras e mães. Muito ao contrário, exerciam a sexualidade fora do casamento, e para fins comerciais, ocupando o espaço público e produtivo destinado aos homens. Nesse contexto, debate-se também a regulamentação, ou não, da prostituição, com o predomínio da posição dos antiregulamentaristas.

Ao longo de todo esse processo, diversas representações sobre as prostitutas e a prostituição foram sendo criadas. Para ir direito ao ponto, há de tudo: lixo e esgoto; mal necessário; degenerada nata; mulher incapaz; mulher dessexualizada, fria, louca moral; inimiga do trabalho; fantasia e ameaça social (como principal transmissora de doenças venéreas e potencial transmissora de mais exemplos para outras mulheres); independente, livre e poderosa (representações que alimentavam a ideia dos efeitos negativos nas outras mulheres); vítima (seja da miséria, da escravidão ou do tráfico internacional de mulheres); mulher pervertida e doente.

Autorepresentações, estigma, políticas públicas

Voltemos então aos anos 1980. As mulheres da vida se reúnem e começam a se organizar. Desafiam as representações criadas sobre elas – “... a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem” (LEITE, 1988, p.2) –, afirmam sua identidade profissional, construindo autorrepresentações – “Está na hora de encarar a prostituição como qualquer outra profissão” (Lourdes Barreto em

entrevista ao **Globo**, 21/7/1987) –, denunciando o estigma e aludem até a determinantes sociais da saúde – “As pessoas sempre nos menosprezam. Isso é o que causa a doença” (LENZ; LEMOS, 1989, p.6). Além de denunciar violência policial e a associação com a Aids. O que faz o Estado? Mobiliza-se para as questões relacionadas à epidemia.

Estariam reproduzidos aí os estigmas associados à prostituição pelo saber biomédico desde o século XIX no setor de Saúde? Teriam aqueles discursos e representações sociais contribuído para uma tão aguda posição pelo Estado no que se refere à Aids, nos anos de 1980? Ou a epidemia, em si, mais esses fatores, é que foram determinantes?

De todo modo, há pelo menos dois aspectos a destacar nos programas, projetos, arranjos entre o setor de Saúde e o movimento social desenvolvendo nos anos seguintes. De um lado, criaram oportunidades de financiamento e ações, contribuindo para organizar, legitimar e dar visibilidade ao movimento de prostitutas: “... é no contexto da epidemia da Aids que o coletivo social consegue se situar, a princípio, como um sujeito político de direitos” (MELO, 2007, p.20). De outro, causaram dependência financeira e reforçaram o estigma da associação com doenças sexualmente transmissíveis, inclusive quando prostitutas “capacitadas” na metodologia de educação pelos pares preferiam assumir-se como “multiplicadoras de informação”, ocultando a “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1988) de mulher e puta.

O que busquei sobretudo, até aqui, foi indagar os motivos de outros setores do Estado, além da Saúde, não terem se mobilizado tão rapidamente quanto esta, diante inclusive de apelos dramáticos sobre a violência policial. Adiante, cito iniciativas tomadas anos depois, apontando para os desafios que daí advêm.

Afinal, políticas públicas são “as responsabilidades do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (HÖFLING, 2001, p.31)”. No sentido amplo, podem ser entendidas “como o ‘Estado em ação’ (GOBERT, MULLER, 1978); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, ações voltadas para setores específicos da sociedade” (idem).

Ou seja, o específico é um determinado setor da sociedade, com suas respectivas especificidades – e não apenas uma, como as DST/Aids, no caso das prostitutas.



CBO, projetos de lei, sentença

Passaram-se muitos anos até que outras iniciativas fossem ao encontro de demandas até então deixadas à margem. Em 2002, o Ministério do Trabalho incluiu as “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ao lado de centenas de outras categorias. Como política pública que é, esta sim, abrange ainda a Previdência, ao garantir que profissionais do sexo, de qualquer gênero, registrem-se como autônomos e requeiram aposentadoria como tal. Além disso, tem pelo menos outro efeito: a possibilidade de uma pessoa informar ao Censo ser prostituta no quesito profissional, com a devida obrigação de o registro ser feito. E o Censo produz “informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam elas provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”. (IBGE. Em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

Em 2003, o então deputado Fernando Gabeira apresentou à Câmara projeto de lei que descriminaliza as casas de prostituição e assegura direitos às mulheres da vida. Arquivado desde 2010, quando Gabeira deixou o Parlamento, a proposta é sucedida hoje por outra, a ser apresentada ainda este ano pelo deputado Jean Wyllys.

No campo do Judiciário, sentença de 2011 absolveu cinco acusados de manter casa de prostituição e rufianismo, libertando o único que estava preso. Segundo o juiz André Luiz Nicolitti, da 2ª Vara Criminal de São Gonçalo (RJ), “não é possível fechar os olhos para a realidade social, para o que é aceito socialmente”. Ele tem críticas ao Código Penal de 1940 – “vem de uma visão arcaica onde o sexo era visto como sujo” – e lembra que a mesma lei “que trata como crime manter casa de prostituição diz que manter local para prática de atos libidinosos também é crime, e todo mundo vai a motel”. Na sentença, escreve que não há menores no local, mas pessoas adultas capazes de exercer a prostituição, e que a Constituição aprova a livre iniciativa do trabalho (O Dia, 31/5/2011, p. 17, e O Dia, 1/6/2011, p. 5).

Trata-se de decisão com possibilidade de se firmar como jurisprudência, embora já exista recurso por parte do Ministério Público.

Considerando este conjunto de iniciativas, inclusive as de Saúde, o que parece ser o maior desafio para o movimento das prostitutas é articulá-las e apoderar-se delas – ampliando sua interlocução com os diversos setores executivos do Estado, com o Legislativo e o Judiciário

–, de modo a dar-lhes o sentido de política pública, a que trata de um conjunto de especificidades de um determinado setor.

Final, se o movimento de prostitutas tiver interesse e for capaz disso, poderá deixar de viver a doença nos gabinetes da Saúde, como já sinalizou no Encontro de Belém, em 2011.

E o Estado (da Saúde) terá a oportunidade de deixar de viver principalmente a “doença” das prostitutas.

Talvez aí, então, seja possível construir uma desejada e complexa identidade de puta profissional como autorrepresentação, ainda que provisória, como todas (HALL, 1997); e fazer emergir a puta cidadã.

Referências

- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angélica Ferreira (org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 51-86. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtpsp/index.php?id=68&ar_id=2&cpnho_id=1&autor_id=8&arqivo=ve_casado2
- CASTILHO, I. As prostitutas põem a boca no mundo. **Mulherio**, São Paulo, nov. 1987, p. 6.
- ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart, ed. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications and The Open University, 1997.
- HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>
- LEITE, F. Coluna da Gabi. **Beijo da rua**, Rio, dez. 1988, p. 2.
- _____. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio: Objetiva, 2009.
- LENZ, F. LEMOS, J. Fala mulher da vida: Prostitutas se encontram no Recife, festejam e debatem profissão. **Beijo da rua**, Rio, abril/maio 1989, p. 5-8.
- GIFFIN, K. M. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.7, n.11, p.190-200, abr/jun 1991.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- MELLO, A. S. **Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais**: o caso da organização de prostitutas Davida. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Curso de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7GYUWE/1/disserta_o_andrea.pdf
- ROHDEN, F. O Império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manginhos**. Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

Rede condena absolvição de homem pelo estupro de meninas: “Institucionalizamos a exploração de crianças e adolescentes”

A absolvição de um homem pelo crime de estupro de meninas demonstra a utilização, pelo Superior Tribunal de Justiça, “de conceitos e pré-conceitos absolutamente danosos à dignidade da pessoa humana, em especial das mulheres e adolescentes”. Esta é a opinião do assessor jurídico da Rede Brasileira de Prostitutas, Roberto Domingues Cateabariand, em nota divulgada no fim de março, após o STJ ter decidido que o ato sexual com menores de 14 anos nem sempre poderá ser considerado estupro, utilizando como justificativa que as três meninas, de 12 anos, tinham vida sexual ativa e sofriram exploração sexual comercial.

De acordo com o advogado, por essa linha de pensamento, “se o homem puder pagar pelo sexo com menores que se encontram nas ruas ele não mais deverá ser punido, pois institucionalizamos, no Brasil, a exploração de crianças e adolescentes”. A decisão, para ele, demonstra o entendimento do tribunal de que a “liberdade sexual está condicionada ao comportamento da mulher”, ressuscitando o “descabido papel de mulher honesta”.

A sentença do STJ também foi alvo de reação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – “os Direitos Humanos de crianças e adolescentes jamais podem ser relativizados” –, que solicitou medidas para “reversão desta decisão” ao procurador geral da República e ao advogado geral da União. A sentença foi criticada ainda pela Associação dos Procuradores, por especialistas e outras entidades civis.

Abaixo, trechos da nota de Domingues, cuja íntegra está em www.beijodaruca.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=903&num=1.

De pronto chama a atenção estar a relatoria do caso sob responsabilidade de uma mulher, o que, ao menos em tese, nos remeteria à ideia de um trato mais sensível à questão da violência de gênero e, por conseguinte, à exploração de meninas e adolescentes. Ledo engano! O caso faz com que se confirme a hipótese de que o machismo, a lógica patriarcal e patriarcalista e a hierarquia de poder que regem nossa sociedade não escolhem trincheira a partir do sexo biológico, podendo ser a mulher uma porta-voz privilegiada para legitimar este tipo de violência, numa posição de sustentação e aval de uma prática perversa, radicalmente incompatível com um Estado Democrático de Direito.

“Salta aos olhos a constatação de que o STJ entende, a partir dessa sentença, que a liberdade sexual está condicionada ao comportamento da mulher (...), em especial aquela que ousa não se comportar conforme os padrões morais de recato e subversividade. Assim, a mulher prostituta (e todas as outras que insistem no livre exercício de sua sexualidade) pode ser estuprada e destituída de qualquer direito, em especial aquele que lhe concede o artigo 1º de nossa Constituição,

que propugna ser a Dignidade da pessoa humana um dos fundamentos da República que se constitui em um Estado Democrático de Direito.

“Já na segunda década do século XXI, a magistrada afirma que o fato das meninas terem vida sexual e, sobretudo, estarem envolvidas no mercado sexual, mitigaria o delito repulso do sexo violento. Sem levarmos em consideração a impropriedade de denominar crianças de 12 anos como prostitutas, atividade profissional destinada a mulheres adultas, livres e autônomas, a relatora atropela o direito dessas meninas e (...) de todas as mulheres de manterem relações sexuais com quem bem desejarem e nunca, em nenhuma circunstância, mediante coação ou violência.

“Nessa linha de raciocínio, a sentença do STJ passa a autorizar a violência sexual desde que a mulher não cumpra com o descabido papel de mulher honesta, conceito já defenestrado pelo código civilista.

“Por se tratar de menores, a posição do STJ escancarou o escândalo em que vivemos nesses tempos de barbárie. Nossas crianças não são mais exploradas e violentadas sexualmente, elas optam pela vida nas ruas, comercializando o sexo que, a rigor, deveriam conhecer após receberem a devida orientação, seja da família, seja do Estado. São prostitutas mirins, numa clara contradição com todo o movimento que se engendrou no país em direção à garantia de seus direitos. Esquece-se, com a decisão do STJ, do dever do Estado em promover educação, saúde, lazer, enfim, bem-estar físico e psicoemocional às nossas crianças e adolescentes.

“Neste diapasão, se o homem puder pagar pelo sexo com menores que se encontram nas ruas ele não mais deverá ser punido, pois institucionalizamos, no Brasil, a exploração de crianças e adolescentes. Estes homens estão apenas fazendo valer o seu suposto direito à irreversível satisfação sexual, ao qual mulheres, seja de qual idade for, devem se submeter. Se forem prostitutas, então, a liberdade será total, pois a estas não cabe nada daquilo que um dia soubermos ser direito fundamental. Quem afirma e afiança isso é a (n) Justiça que impera nesses estranhos dias.

“Enquanto isso, o restante da sociedade, do alto de seu juzgado moral e hipocrisia que repudia a prostituição, mas que dela faz uso sem pudor, assiste impávida e imóvel a destruição de sonhos e projetos de milhares de sujeitos que deveriam estar sendo formados para contribuir para a transformação do país. Nada demais, afinal, estes compõem outro tipo de infância, não são inocentes. A violência faz parte de sua formação e, portanto, deve ser por eles e por nós compreendida como natural. O menos assim entende o STJ”.



Design de contestação é a marca da grife Daspu

Ana Beatriz Pereira de Andrade
Doutor em Psicologia Social (UERJ), Designer
Gráfica, Professor Assistente Doutor – Departamento de
Design FAAC-UNESP
anabiandrade@openlink.com.br

Flavio Lenz
Especialista em Comunicação e Saúde – ICICT/
Ficruz, Diretor executivo adjunto Davida
beijo@davida.org.br

Daspu é a grife da ONG Davida cujos produtos, especialmente camisetas, produzem novos sentidos sobre a prostituição, afirmando libertariamente a identidade da prostituta, em frases e estampas sobre direitos, cidadania e auto-estima. Neste artigo, são analisadas três camisetas da grife. A escolha das peças deu-se por estabelecerem, com ironia, bom humor e duplo sentido, referência gráfica direta a três marcas que constam do repertório imagético público, ao mesmo tempo que subvertem o preconceito e a discriminação.

Introduzindo na non troppo

Fundada em 1992, a ONG Davida tem como missão fortalecer a cidadania das prostitutas, promovendo sua organização e seus direitos humanos, civis, sexuais e trabalhistas, e buscando a regulamentação da profissão.

Davida é membro da Rede Brasileira de Prostitutas, do Fórum de ONG/AIDS do Estado do Rio de Janeiro, do Grupo de Trabalho Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade (Ministério do Trabalho e Emprego), da Rede Global da Indústria Sexual (NSWP). Para a organização, a igualdade na diversidade constitui a base das ações que promovem o exercício pleno da cidadania das prostitutas.

Entre essas atividades, destacam-se o jornal impresso e online *Beijo da rua*, o grupo de canto *Mulheres Seresteiras*, a experiência teatral *Cabaré Davida*, o bloco de carnaval *Prazeres Davida*, e mais recentemente o grupo de pesquisadoras (pesquisadores de puta = acadêmicos que desenvolvem pesquisas sobre prostituição e temas correlatos).

Ao longo dos anos, as proposições articuladas por Davida tornaram-se não somente regionais, mas nacionais e

internacionais. É importante ressaltar que Gabriela Leite, fundadora da ONG, já traçara um percurso anterior neste sentido em seus anos de batalha na Boca do Lixo (São Paulo) e em sua militância na Vila Mimosa (Rio de Janeiro).

Desde o início, os membros Davida pensavam na possibilidade de um projeto que gerasse recursos financeiros, de modo a não permanecer dependente, apenas, de doações e editais governamentais de apoio a ONGs.

Assim, em 2005, surge a grife Daspu. Em uma mesa de bar, um jornalista ouviu uma conversa entre três membros Davida, por ocasião das notícias de sonegação fiscal na loja multimarcas paulista Daslu. Em tom de *papo de botiquim*, dizia-se que quando ONG tivesse uma grife, ela já teria nome: Daspu.

Uma nota publicada poucos dias depois, em jornal de grande circulação, despertou interesse imediato da imprensa nacional e internacional.

Considera-se esta origem como um *mal entendido promissor*, conceito enunciado pela psicóloga Vinciane Despret a partir do pensamento do sociólogo francês Bruno Latour. Ou seja, um mal entendido “que produz novas versões disto que o outro pode fazer existir (...)”. O mal entendido promissor, em outros termos, é uma proposição que, da maneira pela qual ela se propõe, cria a ocasião para uma nova versão possível do acontecimento (...).”

E agora, José?

Diante da possibilidade da independência financeira e do imediato e avassalador assédio da mídia, Daspu precisava acontecer. E rápido. Sem saber por onde começar, os membros Davida mobilizaram-se para desenvolver identidade visual, roupas e o que mais fosse necessário.

Do coletivo Davida fazia parte o designer Sylvio de Oliveira que, por formação e experiência, se responsabilizou por realizar o que fosse possível. Sylvio desenhou a marca

Daspu e, a partir daí, concluiu-se pela viabilidade de produção de camisetas, a princípio com o uso da tecnologia de transfer. Não havia recursos financeiros em Davida, mas era época do evento de moda *Fashion Rio*. Melhor, impossível! Foi preci-



so aprender a produzir um desfile.

Naquele fim de ano, o modelo Gisele Bündchen retornava ao Brasil para um desfile da marca Colcci durante o Fashion Rio, no Museu de Arte Moderna. Prostitutas e amigas Davida/Daspu desfilaram simultaneamente na boêmia Praça Tiradentes.

As páginas de jornal se dividiam entre *La Bündchen e Jane Eloy* (uma das prostitutas-modelo Daspu), modelo Daspu).



Define a pesquisadora Elaine Bortolanza:

A figura da puta desfilando nas passarelas off das semanas de moda provoca um embaralhamento dos modelos da sexualidade feminina, de tal forma que não há mais como identificar quem é puta e quem não é. Mais do que isso, há um deslocamento intenso dos espaços até então reconhecidos como o lugar das lutas políticas. São forças de resistência se infiltrando nos vícios do capitalismo contemporâneo e provocando torções e distorções nos modos como o movimento social vem atuando (BORTOLANZA, 2007).

O ano de 2006 marcaria para Daspu o momento das *passarelas passeatas*, destacando-se a primeira tentativa de inserção no mundo da moda, tal qual este se apresenta tradicionalmente. A estilista Rafaela Monteiro assinou a primeira coleção: *Daspu na Pista – BR 69*, utilizando recursos técnicos e tecnológicos profissionais para a confecção das peças.

Inspirada no universo dos caminhoneiros, habituais clientes, as prostitutas modelos compartilhavam a passarela com mulheres de outras profissões.

A coleção foi apresentada no Circo Voador, Rio de Janeiro, com ambientação projetada pelo cenógrafo Gringo Cardia. Musculosos borracheiros e caminhoneiros misturavam-se a pneus, servindo de base para um movimento estético como pano de fundo para a postura ética e política que surgia em cena.

Daspu na Pista – BR 69 foi também apresentada à cidade de São Paulo, contando com a participação de prostitutas da asanhada Rua Augusta, que, como *velhas conhecidas*, compartilhavam batons com o coletivo carioca Daspu. Exalava no ar o orgulho do exercício da profissão, ocupando o espaço público de outras formas.

Em 2007, destaca-se a série de camisetas e vestidos de manga longa intitulada *Putas Arte*, de autoria de Sylvio de Oliveira. Utilizando referências oriundas do Cinema, da

Música e da História da Arte, Sylvio organizou imagens, palavras e frases no espaço frontal de peças em malha serigrafada. As peças também foram desfiladas no Rio e em São Paulo.

No segundo semestre do ano, o estilista Franklin Melo desenhou a coleção *Copa Sacana*, baseada em referências visuais do bairro de Copacabana.

Outros muitos desfiles aconteceram em eventos diversos, culturais e políticos. Alguns deles misturaram peças das séries e coleções até então apresentadas, bem como camisetas esparsas desenhadas por Sylvio.

Em paralelo aos movimentos midiáticos e performativos do universo da moda, Daspu tentava atingir uma organização administrativa, incluindo gerenciamento, produção e distribuição das peças.

Ao longo dos anos, além do assédio da mídia, nacional e internacional, ao final de cada período letivo, Daspu recebia grupos de estudantes, de várias áreas e níveis de formação acadêmica, em busca de objeto de estudo.

Assim, em 2008, surgiu um grupo de Belo Horizonte (Minas Gerais), com a intenção de desenvolver uma coleção a ser apresentada como projeto para conclusão de curso de graduação em moda. O grupo se apresentou com o nome de O Rôdo Coletivo.

Foi desenvolvido a coleção *As Cruzadas: entre o botão e a espada*, desfilada pela primeira vez na quadra da Escola de Samba Unidos da Tijuca, no Rio.

A maioria das peças, pela primeira vez, foi confeccionada em tecidos diferentes da malha, com tecnologia industrial. Foram poucas as camisetas. Em termos de vendas, a produção, descontinuada em modelos e tamanhos, resultou em encalhe. As camisetas, sem muita expressão estética relacionada ao histórico Daspu, também não foram tão bem recebidas pelo público.

Foi um momento de reflexão acerca da Identidade Daspu, tendo em vista que o histórico de agregar palavras e imagens, traduzindo as intenções de Davida quanto à propagação das ideias e ideais, encontrava-se comprometido. O que era visível e intrigante, engraçado e provocante, arrojado e com atitude, estava à beira do comportado, combinado, invisível, com sentidos distantes do que antes era facilmente reconhecido.

Fazendo moda pra mudar

O Rôdo Coletivo se graduou e propôs o desenvolvimento da coleção seguinte, já como profissionais de moda.

A partir da avaliação do coletivo Daspu acerca da coleção anterior, voltou-se ao processo outrora adotado com

as camisetas. Ou seja, o princípio da criação das peças surgiria em reuniões coletivas e, após o desenvolvimento das propostas, há espaço para reflexões diante dos *croquis* antes de qualquer produção.

Um dos caminhos propostos por Sylvio, desde 2005, e coerente com o marco fundador da marca Daspu (*versus* Daslu), foi o de *parafrapear* marcas e frases (ou mensagens) que constam de repertório imagético público. Ou seja, com extremo bom humor, as mensagens textuais agregadas às imagens fomentam a transmissão do conteúdo proposto. A identificação imediata do resultado gera curiosidade por uso de duplo sentido.

Considerando este princípio, em 2009, foi desenvolvida a coleção *Da Farafoa ao Caviar*. A retomada do discurso identitário Davida/Daspu deu-se pelo conceito da coleção que propunha o livro circular da prostituta tanto nos botiquins (alusão à comida Farafoa), quanto nos salões (onde se encontra o Caviar).

Composta também por peças produzidas industrialmente, utilizando tecidos diversos da malha, *Da Farafoa ao Caviar* apresentava saias, calças, vestidos e camisas sociais. O uso de ícones formando padrões de estampa foi repetido, a exemplo da coleção anterior.

No entanto, admitindo que as camisetas sempre foram a *pièce de résistance* Daspu, diversos modelos foram propostos e produzidos em serigrafia. Cabe ressaltar que, à exceção da série *Putá Arte*, as estampas

Daspu sempre foram impressas em modelos de camisetas existentes no mercado.

As camisetas foram projetadas à luz do design de Sylvio. Seguindo os conceitos da coleção, O Rôdo Coletivo propôs diálogo entre frases, mensagens e imagens com ironia, humor e algumas pitadas de duplo sentido. Alguns resultados curiosos e coerentes e outros nem tanto.

O lançamento da coleção foi, pela primeira vez, em São Paulo, na quadra da Escola de Samba 'Yai Vai. Um desfile performático e teatral. O palco apresentava dois ambientes: o botiquim e o salão. Prostitutas, amigas e amigos Daspu, transitavam entre os ambientes, desfilando as peças.

Mas ainda faltava a emoção das *passarelas passeatas*. Depois de percorrer outras capitais e da participação em eventos relacionados ao erotismo e ao ativismo, houve um momento especial. Daspu volta ao local de origem: a Praça Tiradentes.

Foi um dia de glória. O 'Beijo da rua' registra que o céu estava lilás e amarelo (as cores da marca Daspu) quando *dasputinhas* e *dasputinhos* (como são chamados carinhosamente modelos Daspu) cruzavam as ruas até a chegada na Praça.

Sucesso na mídia, sucesso de vendas. Sobretudo das camisetas.

Porém, a experiência profissional e de vida dos jovens, além de um comprometimento parcial com o que Daspu torna visível, não permitiu a continuidade da parceria. A grife não tinha profissional na estrutura interna para dar continuidade a uma produção industrial nem um esquema de distribuição e vendas que a justificasse. O que sempre se soube fazer e vender foi camiseta.

Ao longo de todos os anos, Sylvio nunca se afastou da *cria*, afinal, além da marca e das primeiras peças, também é atribuído a ele o batismo Daspu. O afastamento, em alguns momentos, deu-se por atividades profissionais como designer gráfico no mercado, que sempre caminharam em paralelo às propostas Daspu. As camisetas desenhadas por ele foram reproduzidas sempre que necessário, utilizando a serigrafia. O design das camisetas de Sylvio é ímpar e diretamente relacionado à definição na qual o próprio acredita acerca de Daspu, como sendo uma *brincaadeira* que *ninguém pensou que fosse à frente, uma sacanagem que carioca faz*.

O diálogo de Sylvio com as camisetas em diversos momentos foi pontual com os fatos ocorridos ao longo da história Daspu.

A título de exemplo, quando do lançamento da marca, a loja multimarca Daslu azeitou a possibilidade de um processo judicial. Daspu/Sylvio respondeu com as camisetas: *Somos nós, podemos ser piores e PU Davida*. Uma aparição no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, e o apoio da mídia impressa contribuíram para que a suposta ofensa desistisse do processo. Também, respondendo a respeito de que mulher veste Daspu, a camiseta do 'Beijo da rua' afirma que *as mulheres boas vão para o céu, as mulheres más vão para qualquer lugar*.

A moda Daspu/Sylvio está diretamente relacionada com uma atitude que pode ser, inclusive, traduzida em sedução. Daspu promove um encantamento que transcende a sedução social, conjugando através da moda aspectos diversos. Belezas, fetiche, erotismo encontram pontos de ligação plenos de subjetividade, e desafios residem na tentativa de compreensão de discursos que se imbricam e da multiplicidade de interpretações e significados.

Estará Daspu, desenhada por Sylvio, transgredindo paradigmas sócio-culturais? Quando se trata de moda, não descartamos aspectos relacionados aos comportamentos sociais e a imitação que permitia assimilação social. Segundo Gilles Lipovetsky, no entanto, com a modernidade pode-se considerar que "os decretos antigos tenham sido amplamente desqualificados para orientar os comportamentos".

Observando as performances contemporâneas, cada vez mais recorrentes nos desfiles de moda, pode-se considerar que, em se tratando de moda, o desejo do novo encontra-se intimamente relacionado ao desejo da transgressão. Talvez, a necessidade de ocupar espaço de vanguarda relacione transgressão e espetáculo.

Ultrapassar, portanto, limites e fronteiras, *sair fora* da ordem vigente, romper com o passado ou ser original podem ser imperativos. Porém, o gosto por *versões* suas que nem sempre alcançam visibilidades, em Daspu, é suficiente para consolidar a atitude de fazer moda pra mudar.

Três moedas na fonte

Como proposta para reflexão a partir dos conceitos propostos, agregando aspectos relacionados com o Design, dentre o acervo Daspu destacam-se três camisetas. A primeira contém a mensagem *I Love PU*, a segunda *Matte o Preconceito*, e a terceira, *Garota DASPU*.



Identifica-se, de imediato, referência direta às seguintes marcas: *I Love NY*, *Matte Leão* e *Chocolates Garoto*.



Desta forma, pretende-se apresentar estas *três moedas na fonte*, considerando fomentar reflexão acerca do Design quanto a aspectos sociais.

Quanto ao resultado relacionado aos objetivos Davida, há múltiplas ações no mesmo sentido. Diversas organizações utilizam o suporte de camisetas com o mesmo intuito. Considera-se que os princípios que nortearam as *marcas de referência* em questão tenham levado em conta aspectos mercadológicos e de impacto no imaginário social.

Os três exemplares selecionados contribuem também para iniciar discussão no campo teórico do Design de Constatção e de Informação, agregando valores da Comunicação, História e Memória do Design, Identidade Visual e Design Social e Solidário.

Em 1962, na cidade de Vila Velha (Espírito Santo), uma antiga fábrica de chocolates passou a se chamar *Chocolates Garoto S/A*. Essa empresa se estabeleceu no período denominado de *Milagre Econômico Brasileiro*, de modo que em 1968 já exportava toneladas de produtos para a América do Sul e os Estados Unidos. Em 2002, a marca foi comprada pela empresa suíça Nestlé.

Há controvérsias quanto à autoria da marca. Registros indicam que tenha sido desenhada pelo avô do fundador, e outros por um artista plástico capixaba. Embora apresentada ao mercado em 1933, o logotipo original assume a função de marca até os dias de hoje.

A marca *Garoto* atravessa três momentos: o do surgimento, consolidado pelo senso comum e pelos capixabas; o de desenvolvimento nacional e internacional; e o da desterritorialização.

No primeiro momento, a marca chega a ser considerada pela mídia como o símbolo do Estado do Espírito Santo. No segundo, a caixa amarela dos bombons *Garoto*, também segundo a mídia, contém "os mais bom bons do mundo". No terceiro momento, *Garoto* torna-se a marca brasileira de alimentos mais conhecida no Mercosul, Estados Unidos e Europa.

A preocupação com a marca, largamente difundida pela mídia, por parte da Nestlé, advém também do fato de que a mesma tornou-se símbolo de valores universais.

Daspu/O Rôdo Coletivo se apropria dos significados contidos no logotipo/marca *Garoto*, antes acompanhados da imagem de um garotinho inocente que carregava suas barras de chocolate. A camiseta *Garota Daspu*, com estampa impressa em modelo regata, propõe subverter a inocência do garotinho cujo chocolate torna-se o corpo que a veste.

A Nestlé, ao saber da existência da camiseta, entrou em contato com Davida solicitando que a produção fosse suspensa.

Matte Leão foi criada em 1901, considerada a marca que produz 70% dos chás e mates no mercado brasileiro. A empresa familiar, fundada em Curitiba (PR), se expande para o mercado internacional após ter sido comprada pela *The Coca-Cola Company* em 2010.

A marca inicial apresentava apenas a imagem do animal acompanhada do nome *Leão*. No redesenho atual, o animal leve é imagem de fundo que aparece em alguns produtos, enquanto o logotipo *Matte Leão* assume a função de marca. E é conhecida no mercado internacional como representando o *sabor do Brasil*.

A camiseta *Matte o preconceito* foi desenhada em 2005, produzida em pequena escala. A grafia *matte*, associada à palavra *preconceito*, resulta em mensagem direta e se apropria claramente dos significados da leveza e do frescor da bebida.

Embora em 2011 a empresa tenha conseguido aprovação no Supremo Tribunal Federal à proteção da marca, em todos os sentidos, Daspu nunca foi contatada pela mesma.

A camiseta *I Love PU* foi uma das cinco primeiras a ser produzida. Desenhada por Sylvio de Oliveira, apropria-se diretamente de *I Love NY*, autoria de Milton Glaser.

Em 1975, o comitê de assistência ao comércio da cidade de Nova York solicitou a Milton Glaser uma ajuda para incentivar o turismo na cidade. Na ocasião, Nova York era uma cidade estigmatizada pela criminalidade nas ruas. Uma cidade não acolhedora e hostil. Vivendo modificar essas percepções, o designer propôs o logotipo I Love NY.

Glaser, ao descrever o processo de criação desta imagem, a mais *apropriada* no mundo inteiro, relata que considera o resultado deste logotipo um mistério. A opção pelo não registro formal da ideia foi baseada na intenção do encaimento de que a mesma fosse reproduzida e realmente afetasse os iorquinos. Muito embora Glaser se incomode com a banalização percebida em algumas menções relacionadas à *ideia original*, declara que não se arrepende da opção pela *democratização* da mesma.

Ao tratar de sua atitude projetual, Glaser sempre considera o coletivo, o entorno e as possibilidades dos efeitos do resultado visual de seus projetos. Design para Glaser é um ato visceral, e necessariamente um ato de contestação no que estaria previamente estabelecido. Ou seja, algo capaz de desarmar.

Dal modo de anunciar a categoria do Design de contestação. Muito embora ainda não haja reflexões aprofundadas acerca desta ideia, os conceitos fundamentais, tais como propostos por Glaser e investigados por Steven Heller, em muito se aproximam, tanto visualmente quanto projetualmente, de Daspu.

Glaser, mesmo com sua reconhecida maturidade e experiência profissional irrefutável, não afirma posições definitivas nem atitudes com efeitos previsíveis. Aproxima-se das incertezas possíveis e passíveis de ocorrer quando *resultados visuais* incorporam-se aos instintivos sociais. Assim, quando Heller considera que o Design de contestação possa ser visto como subversivo, como um crime, mas como uma atitude positiva, Glaser refuta questionando o que seria o *conceito de positivo*.

O designer ainda contextualiza o termo contestação na sociedade americana como tendo sido largamente utilizado por líderes religiosos como Martin Luther King e Malcolm X no sentido de desestabilizar, de questionar o previamente estabelecido por uma organização social supostamente estável. Sem certezas, inclusive quando questiona contestar ou não, prefere contestar como uma forma de atitude transparente diante de estruturas de poder.

O conceito de justiça entra em cena. Glaser cita uma experiência conduzida por cientistas escandinavos que alimentam macacos com o mesmo tipo de

alimento, e quando alimentam um deles com um alimento diferente o coletivo entra em pânico. Justiça e solidariedade são o que Glaser propõe como possibilidades em Design. No entanto, questiona o quanto esses conceitos, ou valores, estão relacionados com sobrevivência, memória e desejo de poder.

Contestação seria também uma forma de requerer igualdade e ao mesmo tempo uma forma de produção de instrumentos de poder. Também há que se considerar reações à contestação.

A proposição de tornar visível o que afeta está de acordo com a proposição Daspu.

Será que as pessoas são transformadas (afetadas) com Design?

Será que a experiência com não humanos modifica algo? Milton Glaser pergunta a si mesmo se o resultado de seus projetos produz efeitos na sociedade?

Ou, quem sabe, a *performatiza*?

A propósito de *I Love NY*, John Cranmer e Yolanda Zapattera ressaltam que para Glaser o *bram design* é o *design para a cidadania*. Fazer Design com a responsabilidade de mudanças e *desarmatização* nem sempre é uma atitude compreendida pela *academia tradicional*.

Recorre-se então a Joan Costa, que propõe que as marcas possam estar investidas de um discurso simbólico, transformando-as em valor intangível. Valor de troca e valor de uso posicionam-se à frente da imagem mental, imagem pública, imagem emocional e imagem social.

A marca assume uma posição social capaz de afetar. É o que Costa define como a *imagem da marca*. Seriam necessárias outras visões ou versões, segundo Latour, a fim de compreender como Daspu é uma marca que propõe emoção. A imagem seria uma projeção da marca no social.

Performatizando? Afetando? Emocionando?
Mesmo colocando estas questões em pauta, certamente não há respostas precisas e passíveis a um encaixe completo e que, tampouco, complete o quebra-cabeça.

Considerar marca como signo verbal, no sentido de que deve circular entre humanos, enquanto denominando algo, parece simples. Porém fundamental, a fim de que possa ser partícipe do campo da linguística. É uma relação simétrica. Considerar marca como signo visual significa remeter à memória visual e ao campo do sensível, do intangível que estabelece relações assimétricas.

Técnicos da semiótica, ao considerarem a marca como signo, no sentido de que de alguma maneira comunica algo, ainda dizem pouco quando se amplia o conceito para além do semântico e considera-se que o ato de marcar possa imprimir traços, ser elemento de comunicação entre *actantes*.

A marca que está restrita a indicar é dependente de decodificações. Já a que significa invade o campo do sensível. Assim, seguindo as proposições de Costa e Glaser, dentre outros tantos designers, marca Daspu combina *logos* – ideia ou palavra – com forma. Assim promove emoção.

Conforme Christopher Green, há que se considerar que processos emocionais, tanto no campo do sensorial ou motor, são peculiares. Por este vis, considera-se que a moda Daspu pertence a uma rede de humanos e não humanos, não apenas graficamente, mas também sensorialmente.

Ainda não concluindo absolutamente nada...

Vestir Daspu é incorporar moda para mudar. É ter atitude com *catigúria*. É estar portando suporte íntimo e pessoal no corpo a serviço de uma ideia. É muito mais.

É, também, comunicar ideias e ideais com Design utilizando palavras e imagens nas *passarelas passeatas*.

Ainda segundo Bortolanza:

As passarelas-passeatas da Daspu passem por espaços sagrados da moda reinventando atos estéticos como configurações da experiência pornográfica, suscitando novos modos de sentir e induzindo novas formas da subjetividade política. A utilização de um signo máximo do capitalismo servindo de *passarela* para novas expressões políticas (idem).

Daspu é marca de valor no mercado brasileiro. Com atitude e *catigúria* propõe reflexão e ação quanto a questões pertinentes ao *corpus* social contemporâneo.

Daspu é moda em design de contestação e de informação. É moda sem vergonha. É movimento que quando *océ* pensa que *nós* fomos *imhora*, *nós* *inganamos* *océs*. *...fingimos* *que fomos* *e* *ortemos*... *...oi nós* *qui* *travéis*...

Daspu corre na frente da gente. É *oi* *que* *atrás* *vem* *gente*. E vamos ver no que é que dá...

Referências

ACCIOLY, Ana (org.) *Marcas de Valor no Mercado Brasileiro*. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1964.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1966.

BONFIM, Gustavo Amarante. *Ideias e Formas na História do Design: Uma Investigação Estética*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1998.

BORTOLANZA, Elaine. *As passarelas passeatas da Daspu*. *eroticomia* [blog]. 29/10/2007. Disponível em: <http://eroticomia.blogspot.com/2007/10/as-passearelas-passeatas-da-daspu.html>.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CHAVES, Norberto. *O Diseño Invisible - Siete Lecciones sobre La Intervención Culta en el Hábitat Humano*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.

CRANMER, John e ZAPATERA, Yolanda. *Conscientious Objectives: Designing for an Ethical Message*. Londres: Rotovision, 2003.

COELHO, Luiz Antonio L. (org.). *Design Método*. Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2006.

COSTA, Joan. *A imagem da marca*. São Paulo: Rosari, 2006.

D'ESPRET, Vinciane. *Ces émotions que nous fabriquons*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond-Seuil, 2005.

FONTENELLE, Isleide Arruda. *O Nome da Marca: Mc Donald's, Feticchismo e Cultura Descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

FRASCARA, Jorge. *Design Gráfico para la Gente*. Comunicaciones de Massa y Cambio Social. Buenos Aires: Ediciones Infinito y el Autor, 1997.

GLASER, Milton. *Art is Work*. NY: Overlook Books, 2000.

_____, e IJLIC, Mirko. *The Design of Dissent*. Massachusetts, USA: Rockport, 2005.

GREEN, Christopher. *Classics in the history of psychology*. UK: York University, 1998.

HALL, Stuart. *The work of representation*. in: HALL, Stuart: *Representation: Cultural*

Representations and Signifying Practices. London: Open University, 1997

HELLER, Steven e VIENNE, Véronique. *Citizen Designer. Perspectives on Design*

Responsibility. New York: Allworth Press, 2007.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KRESS, Günther e VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images*. New York: Routledge, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. *A ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade agora*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

_____, e HERMANT, Emilie. *Paris ville invisible*. Paris: Institut Synthélabo, 1998.

_____. *Ganger de société - Réaire de la sociologie*. Paris: Éditions de La Découverte, 2000.

LAW, John e URRY, John. *Enacting the social*. UK: Department of Sociology/ Lancaster University, 2002.

LEITE, Gabriela. *Filha, Mãe, Avó e Puta. A História de uma Mulher que Decidiu ser Prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LENZ, Flávio. *Daspu: A Moda Sem Vergonha*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

NOCHLIN, Linda. *Representing Women*. Londres: Thames and Hudson, 1999.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental - Transformações Contemporâneas do Desejo*. SP: Estação Liberdade, 1989.

SOUZA, Fernanda Mayer dos Santos. *Estágios de evolução da marca Garoto*. Espírito Santo: UFES, 2006.

SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2000.

Jean Wyllys e as prostitutas

As prostitutas voltaram a ter um deputado federal atento à causa, depois da saída de Fernando Gabeira do Congresso. É Jean Wyllys, do PSOL-RJ. Ele já está



conversando com ativistas (foto) sobre o seu projeto de lei, que permite o exercício da prostituição de forma autônoma, em cooperativa ou em sociedade uniprofissional, além de autorizar o funciona-

mento de "estabelecimento em que se exerce o trabalho sexual". Como no antigo projeto de Gabeira, o tempo passado com o cliente, haja ou não serviços sexuais, será remunerado. Está prevista ainda aposentadoria especial, após 25 anos de batalha.

Jean Wyllys e o tráfico

O projeto do deputado altera os artigos sobre tráfico internacional e nacional de pessoa para fim de exploração sexual (231 e 231-A), mas a versão inicial sobre esses pontos ainda está em debate com os ativistas. Um novo encontro está marcado para este mês.

CPI do Senado

Com base no relatório parcial da CPI do Senado sobre tráfico nacional e interna-



Flávio Lenz

cional de pessoas, a senadora Vanessa Grazziotin, presidente dos trabalhos, também propõe mudanças no 231 e no 231-A. Tipifica, além de exploração sexual, o trabalho forçado e a remoção de órgãos. O argumento é que hoje, "em rigor, a figura do tráfico de pessoas só existe em nosso

ordenamento quando o fim é a exploração sexual". A mudança pretende harmonizar a legislação com a Convenção de Palermo, ratificada pelo Brasil.

Porém...

A proposta, no entanto, mantém a expressão "prostituição ou outra forma de exploração sexual", como se fossem sinônimos. Na Convenção de Palermo, aparece "exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração

sexual", o que é distinto. Além disso, o projeto inclui o termo "situação de vulnerabilidade" entre as circunstâncias de que o agente não pode se prevalecer sobre terceira pessoa. O conceito de vulnerabilidade, presente no acordo internacional nos mesmos termos, é amplo e dá margem a exercício de poder sobre quem estaria em "situação de vulnerabilidade".

Inflação de projetos

É tem mais. Uma submissão do Senado, a da "Legislação Extravagante", também quer uma nova redação para os mesmos artigos. Como as outras propostas, inclui, entre os fins a criminalizar, o trabalho forçado e a remoção de órgãos, além da exploração sexual, neste caso sem a companhia de prostituição como sinônimo. Por outro lado, usa a expressão "quem não tenha condições de consentir por si mesmo". Haja debate.

Volta, puta

Termina dia 19 de abril, em São Paulo, a primeira temporada da peça "Filha, mãe, avó e puta – uma entrevista". Depois de lotar as salas do CCBB do Rio e de Brasília, o espetáculo continua vendendo todos os ingressos na tarde de protagonista da história, Gabriela Leite. Os produtores já articulam nova temporada.

Beijo na História

A Revista de História da Biblioteca Nacional traz na edição de fevereiro artigo sobre o Beijo, depositado na instituição.

Em duas páginas, analisa edições dos cinco primeiros anos de vida do jornal, lançado em 1988, e reproduz capas e quadros. Afirma que o meio "questiona as estruturas do poder" e mostra às prostitutas a "importância de participarem do jogo político", sempre abordando "a sexualidade de como área do prazer e não das regras morais".

Touchê! Integra em www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-docu-mento/prostituta-nao-e-vagabunda

Preço da corrida

Quer saber o preço de uma corrida de táxi? O taxímetro online dá a estimativa. Basta selecionar a cidade (são mais de 60 no site) e digitar o endereço de origem e o de destino. Testes feitos pela coluna com trajetos no Rio, em Brasília e São Paulo deram valores corretos. O endereço é www.precodotaxi.com.

LONDRES

Parem a repressão, exigem prostitutas

A organização xTalks de prostitutas exigiu a suspensão da repressão à prostituição até o fim das Olimpíadas, de 27 de julho a 12 de agosto. Elas estão preocupadas com possíveis deturbações e fechamento de casas nos bairros do Leste de Londres, onde acontecerão os Jogos. Querem que prefeito e polícia metropolitana parem com ações de "limpeza" e julgamentos de prostitutas por trabalhar juntas ou atrair clientes na rua. Há um clima de insegurança e de falta de confiança para fazer denúncias à polícia, depois de vários assaltos violentos em bordéis, em dezembro. Campanha semelhante foi promovida pela Sweat na província de Gauteng, África do Sul, em 2010.

ALEMANHA

Lei da prostituição faz 10 anos sob críticas

Nos dez anos da implementação da lei da prostituição, que regula o funcionamento dos locais de trabalho e dá direitos trabalhistas, prostitutas da Hydra, em Berlim, lançaram nota com recomendações sobre o que falta fazer. Uma das exigências é que o ministério responsável seja o do Trabalho e não o de Mulheres e Juventude. Outra demanda é que as prostitutas sejam tratadas pela Receita Federal como os demais trabalhadores, que fazem sua própria declaração de renda, sem ter que pagar um imposto fixo diário, que os donos de bordel encaminham ao Leão. A luta pela eficiente implementação da lei continua!

TAILÂNDIA

Um filme de garotas más



Um divertido filme mudo e preto e branco, de 10 minutos, é o novo produto da criativa associação Empower, da Tailândia. Estrelado por putas atrizes, "O último resgate em Sião" traz no título referência ao antigo nome da Tailândia, criado pelos portugueses, e que significa País dos Livres. Na apresentação, o curta já ironiza a indústria cinematográfica, com o letrado "Estúdios Empower orgulhosamente apresentam um filme de garotas más", enquanto é tocada a célebre trilha da Metro. Com bom humor, crítica as ações contra o tráfico de pessoas promovidas pelo Estado em cooperação com ONGs abolicionistas, que limitam a liberdade de prostitutas e prejudicam os locais de trabalho. O filme faz parte do relatório da pesquisa "Hit and Run" (Bate e corre), que mostra o impacto das iniciativas abolicionistas na prostituição. Para se divertir, e muito, veja aqui: www.youtube.com/watch?v=70rPAXLFFKU

FRANÇA

Prisão e multas esquentam o debate

Está quente o debate, no Parlamento e nas ruas, sobre o projeto que pune clientes com dois a seis meses de prisão e multa de até 3.750 euros (mais de oito mil reais).

Organizações como Strass, Gabiria, Grisêldis e Autres Regards fizeram diversos protestos contra a proposta, defendida pela ministra de Assuntos Sociais, Roselyne Bachelot. Na França, os bordéis são proibidos desde 1946, pela lei Marthe Richard. A repressão, enquanto isso, está a mil. Em Cannes e Nice, os prefeitos expediram portaria que só permite a prostituição entre 22h e 5 da manhã. Em Paris, 25 prostitutas foram presas, acusadas de perturbar o ordem pública.

EUÁ-ÍNDIA

Conferência paralela dribla restrições

Profissionais do sexo se reúnem em Calcutá, na Índia, em julho, num evento paralelo à Conferência Internacional de Aids, em Washington, D.C. O motivo são as restrições dos EUA à entrada de prostitutas e usuários de drogas. O formulário de pedido de visto pergunta se o candidato trabalhou nos últimos 10 anos na prostituição. Em caso positivo, pode ter o visto recusado ou enfrentar dificuldades em futuros pedidos. Se mentir, terá problemas para assumir a profissão na conferência. Por tudo isso, o Durbar Mahila Samanwaya Committee (www.durbar.org) será anfitrião do congresso na Índia. Ao mesmo tempo, a organização Different Avenues, ao lado de grupos americanos, terá um espaço na Aldeia Global da Conferência de Washington. Um link estabelecerá contato direto com os participantes do encontro de Calcutá.

MUNDO

Fundo capta verbas para militância

Criado para atrair doadores internacionais para financiar projetos de organizações de prostitutas em todo o mundo, está em pleno funcionamento o Fundo Guarda-Chuva Vermelho (Red Umbrella Foundation). O nome é uma referência ao símbolo do movimento internacional criado durante a Bienal de Veneza, em 2001. O objetivo é apoiar iniciativas para fortalecer o movimento de prostitutas.

SUÍÇA-AÚSTRIA-BRASIL

Agarrando as bolas

Campanha da ONG Xénia dirigida a clientes, durante a Euro Copa de 2008, realizada na Áustria e na Suíça, inspirou um brasileiro. Diante de frases como "nosso atacante ganha o seu dinheiro com as pernas", "nosso libero também gosta de vir por atrás" e "nosssa Maria também vai ao trabalho de camista e short", ele já criou um texto para a Copa 2014: "O nosso goleiro também agarra as bolas".



Frederike Strack





Uma nova geração de pesquisadores da prostituição

Faz algum tempo criamos um núcleo de pesquisa no Davida. Esse número do *Beijo da rua* já é resultado dessa nossa incursão pelo mundo dos conceitos. Tivemos a ideia de formar o núcleo a partir da constatação de que muito se fala sobre a prostituição e pouco ou quase nada se estuda em termos estruturais.

Invariavelmente recebemos pesquisadores e trabalhos sobre prostituição. São muitos! Todos, com raras exceções, enfocam a pesquisa de campo em detrimento de estudos conceituais. De forma nenhuma sou contrária a pesquisas de campo, mas realizá-las somente para ouvir respostas que pretendem provar a visão do pesquisador sobre a prostituição é no mínimo antiprofissional. Não sou acadêmica, mas penso que uma pesquisa de campo deveria levar em consideração a complexidade de tal campo. O que vemos são idas a campo para entrevistar somente uma faceta da questão, no nosso caso, a mais visível e mais fácil, as prostitutas, como se a prostituição só vivesse de prostitutas. E, o que é pior, pesquisas sempre centradas no porquê aquela mulher foi para a prostituição. Histórias de pobreza, muitos filhos para criar, expulsão de casa pelos pais são as preferidas; e assim vai ano, vem ano, trabalhos se multiplicam explicando o quanto as mulheres prostitutas são vítimas de uma sociedade patriarcal e machista.

Bem sei que estou sendo radical, mas depois de 30 anos de militância estou muito cansada da mesmice que fortalece em muito o estigma e o preconceito. Cito um exemplo concreto. Uma pesquisadora desenvolveu um estudo de campo com as prostitutas do Parque da Luz, em São Paulo. Seu trabalho é fazer uma comparação entre as mulheres ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas e as ligadas à Pastoral da Mulher Marginalizada da Igreja Católica. Acontece que na Praça da Luz não existem mulheres prostitutas ligadas à Rede Brasileira. Há muito tempo, a presença do discurso vitimizante e moralizador da pastoral cai como uma luva para as mulheres dali viverem intensamente as culpas e o estigma. Qual é então o sentido desse trabalho? Um elogio à pastoral?

Não somos donos da verdade, mas queremos sair das mesmices; e tenho certeza que esse número do *Beijo da rua* é uma contribuição para que, pelo menos, possamos ver a prostituição em perspectivas mais amplas e com a complexidade e contradições que o assunto exige.

Thaddeus Blanchette, Elaine Bortolanza, Veronica Munk, Flavio Lenz, José Miguel Olivivar, Ana Beatriz Andrade, Fabiana Souza e Maria Waldenez, Soraya Simões, Friederike Strack, todos se manifestando a partir de seus estudos, com uma linha comum: sair da superfície e tentar entender o que chamo de estrutural na compreensão do que seja a prostituição.

Há mais de 20 anos, Margareth Rago, no seu excelente livro *Os prazeres da noite*, foi capaz de tirar a prostituta do isolamento e colocá-la na complexidade do lugar da mulher na sociedade. Sexualidade e direitos sexuais foram priorizados em seu trabalho a partir, mas não somente, dos conceitos de Foucault. Trabalho inovador e instigante que deveria ser lido e usado com mais atenção pelos pesquisadores.

Dá muito trabalho estudar Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Suedy Rolsnik, Margareth Rago. É mais fácil elaborar uma série de perguntas iguais e sair atrás das visíveis prostitutas. Elas, pelo seu lado, já estão tão acostumadas a responder as mesmas perguntas que são capazes de dar a resposta antes de serem perguntadas e rapidinho se livram do pesquisador que está atrapalhando o seu dia de trabalho.

Investigar a complexidade da prostituta a partir dos estudos de sexualidade e dos direitos sexuais é meu sonho maior. Ver a prostituição, a prostituta e a indústria do sexo como parte e criação da mesma sociedade que estigmatiza e discrimina é meio caminho andado para avançar e sair da mesmice e da hipocrisia.

